

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

JÉSSICA DA SILVA POSADA

**PRESENÇA FEMININA NA BRIGADA MILITAR
PERCEPÇÃO DO ESPAÇO E PAPEL DAS MULHERES NO COMANDO
REGIONAL DE POLÍCIA OSTENSIVA DA FRONTEIRA OESTE**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Santana do Livramento

2014

JÉSSICA DA SILVA POSADA

**PRESENÇA FEMININA NA BRIGADA MILITAR:
PERCEPÇÃO DO ESPAÇO E PAPEL DAS MULHERES NO COMANDO
REGIONAL DE POLÍCIA OSTENSIVA DA FRONTEIRA OESTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em administração pela Universidade
Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Orientador: Prof(a). Ricardo Gonçalves Severo

Santana do Livramento

2014

JESSICA DA SILVA POSADA

**PRESENÇA FEMININA NA BRIGADA MILITAR: PERCEPÇÃO DO
ESPAÇO E PAPEL DAS MULHERES NO COMANDO REGIONAL DE
POLICIA OSTENSIVA DA FRONTEIRA OESTE**

Trabalho de Conclusão Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em administração pela Universidade
Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Área de Concentração: Relações de Gênero e
Trabalho

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: dia, mês e ano.
Banca examinadora

Prof. (titulação). (Nome do Orientador)
(Curso/Programa) – (sigla da instituição)

Prof. (titulação). (Nome do Membro da Banca)
(Curso/Programa) – (sigla da instituição)

Prof. (titulação). (Nome do Membro da Banca)
(Curso/Programa) – (sigla da instituição)

Dedico àquelas que não mais assistem suas escolhas sendo feitas por outros, pois hoje são protagonistas de seus destinos. Àquelas que não mais observam os fatos acontecerem, pois vão à campo, fazer história também. Dedico às mulheres guerreiras do passado e do presente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a Deus por ser alicerce e fortaleza em todos os momentos de minha existência. As minhas tias Marisa e Claudia, e minha avó Giselda, que na medida do possível, auxiliaram-me compondo um ambiente favorável para que eu pudesse me dedicar aos estudos, especialmente minha mãe Márcia, eterno exemplo de garra, superação e amor incondicional. Ao meu pai, que não se encontra mais neste plano, porém teve papel fundamental no incentivo da minha busca pelo conhecimento ainda no início de minha adolescência. Aos professores que fizeram parte da minha caminhada dentro da universidade, alguns destes que me inspiram não apenas como profissional, mas como ser humano, pela empatia, dedicação e sensibilidade. Ao meu orientador Ricardo Severo pelo suporte e disponibilidade na concepção desta pesquisa. A todo o efetivo do Comando Regional de Polícia Ostensiva (CRPO/FO), e aos amigos que lá fiz, em especial ao efetivo feminino do referido Comando, especialmente à Capitã Karla de Moura Incert por, além de permitir o estudo dentro da organização, ser um exímio exemplo de liderança feminina, postura profissional, solidariedade e humanidade inspiradoras, assim como a Tenente Vera Cremonini cujas qualidades profissionais e humanas levarei também como exemplo e inspiração. Ao Sargento Luis Carlos Maia, o qual tive a feliz oportunidade de trabalhar durante meu estágio na instituição, que com extremo profissionalismo e sutileza ensinou-me as tarefas e processos referentes à sessão em que atua, e colaborou junto a este trabalho com o empréstimo de obras de significativa relevância, de onde levarei também inspiração profissional pela compreensão impecável do fator humano na organização. Aos entrevistados que se voluntariaram a dar seus depoimentos para que a pesquisa fosse possível. Aos colegas e amigos maravilhosos que fiz durante o período acadêmico e que, com certeza me ajudaram a chegar até aqui.

A mulher foi feita da costela do homem, não dos pés para ser pisada, nem da cabeça para ser superior, mas sim do lado para ser igual, debaixo do braço para ser protegida e do lado do coração para ser amada.

Maomé

RESUMO

Nesta pesquisa, procurou-se estudar a inserção das mulheres na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, especificamente na cidade de Santana do Livramento no Rio Grande do Sul, utilizando uma amostra derivada do Comando Regional de Polícia Ostensiva (CRPO/FO), onde servem os estes militares atualmente, com vistas a analisar em especial, as mudanças ocorridas em decorrência da inserção destas na Brigada Militar, para isto foi analisada uma amostra de três policiais militares antes da inserção das mulheres na Instituição em Santana do Livramento, assim como das próprias policiais femininas, também sendo três as entrevistadas, totalizando seis pessoas na amostra gerada por conveniência. A metodologia da pesquisa está centrada no tipo exploratória com método qualitativo, almejando ainda que, com pouca bibliografia adentrar a este meio, em parte nebuloso do grupo social em questão, a fim de buscar informações sobre o mesmo, analisando-as posteriormente, para que deste modo se possa alcançar os objetivos propostos. Derivaram dos resultados da pesquisa, três categorias que são: Tratamento, Construção da Identidade da Mulher como Policial e Características Femininas *versus* Ofício Policial Militar. Estas categorias apontam para a confirmação dos estudos que foram usados como base para este, percebendo-se que a pesquisa é significativa na contribuição para se aprofundar o conhecimento em relação as questões de gênero em ambientes masculinos. Sinalizando a mulher como importante agente de transformação da sociedade e das forças militares na qual pode fazer parte atualmente, oportunizando à estas instituições um ponto de vista agregador a seus procedimento e processos.

Palavras- chave: mulheres, polícia militar, Brigada Militar, gênero, poder, inserção.

ABSTRACT (ARRUMAAR!!)

In this study, we sought to study the inclusion of women in the Brigada Militar of Rio Grande do Sul, specifically in the city of Santana do Livramento, using a sample derived from the Regional Police Command Ostensive (CRPO / FO), which serve these current military in order to examine in particular, the changes due to the inclusion of these in the military Police, for it was analyzed a sample of three military police prior to insertion of women in the institution in Santana do Livramento in Rio Grande do Sul as well as the own female police officers also three of the respondents, a total of six people in the sample generated by convenience. The research methodology is centered on exploratory with qualitative method, aiming albeit with little bibliography enter this means, partly cloudy social group in question in order to get information about it, analyzing them later, so that this way you can achieve the proposed objectives. Derived from the search results, three categories are: Treatment, Women's Identity Construction as Police and Feminine features versus Craft Military Police. These categories point to the confirmation of the studies that were used as the basis for this, perceiving that the research is significant in contributing to deepen the knowledge about gender issues in male environments. Signaling the woman as an important agent of transformation of society and the military in which you can do now part, providing opportunities to these institutions an aggregator view your procedure and processes.

Keywords: women, military police, Brigada Militar, gender, power, insertion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - ORGANIZAÇÃO DO CORPO POLICIAL.....	33
FIGURA 2 - ORGANIZAÇÃO DA GUARDA CÍVICA	34
FIGURA 3 - PRIMEIRA ORGANIZAÇÃO DA BRIGADA MILITAR.....	35
FIGURA 4 - ORGANOGAMA ATUAL DA BRIGADA DA MILITAR.....	39
FIGURA 5 - CÍRCULOS HIERÁRQUICOS DA BRIGADA MILITAR	Error! Bookmark not defined.

LISTA DE SIGLAS

Aj-G: Ajudância-Geral

BM: Brigada Militar

BPAF: Batalhão de Polícia de Área de Fronteira

BPM : Batalhões de Policia Militar

BPChq: Batalhão de Polícia de choque

CAM: Comissão de Avaliação e Mérito

CCB: Comando do Corpo de Bombeiros

CCI: Centro de Comunicações para o Interior

Cia Ind: Companhias Independentes

CPA: Comando de Policiamento de Área

CPC: Comando de Policiamento da Capital

CPI: Comando de Policiamento do Interior

CMPM : Comissão de Promoção e Mérito de Praças

COPOM: Centro de Operações Policiais Militares

CPMO: Comissão de Promoção e Mérito de Oficiais

CRPO/FO: Comando Regional de Polícia Ostensiva da Fronteira Oeste

CVMI: Corpo Voluntário de Militares Estaduais Inativos

DAL: Diretoria de Apoio Logístico

DE: Diretoria de Ensino

DF: Diretoria de Finanças

DP: Diretoria de Pessoal

DS: Diretoria de Saúde

Esq PMon Ind: Esquadrões de Policia Militar Independente

GPMA: Grupamento militar Aéreo

ONU: Organização das Nações Unidas

OPM: Organização Policial Militar

PM: Policia Militar

QEPMFem : Quadro Especial de Polícia Militar Feminina

QEOPMFem : Quadro Especial de Oficiais de Polícia Militar Feminina

QOEM: Quadro de Oficias do Estado Maior

QPM-1: Quadro Permanente de Primeira Classe

QPM-2: Quadro Permanente de Segunda Classe

RS: Rio Grande do Sul

RPMon: Regimento de Policia Montada

Seç: Seções

S Gpt: Subgrupamento

Sseç: Subseções

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROBLEMÁTICA.....	15
1.2	OBJETIVOS	16
1.2.1	Objetivo Geral.....	16
1.2.2	Objetivos Específicos	17
1.3	JUSTIFICATIVA.....	17
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1	AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO.....	20
2.1.1	Gênero, cultura e poder nas organizações	24
2.2	INÍCIO DA BRIGADA MILITAR	27
2.2.1	Origem do nome "Brigada" Militar.....	29
2.2.2	Estrutura da Organização.....	32
2.2.3	Brigada Militar	41
2.2.4	Inserção das mulheres na Brigada Militar	43
3	MÉTODO DE PESQUISA.....	47
3.2	tipo de pesquisa	47
3.3	MÉTODO ESCOLHIDO	47
3.4	TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	48
3.3.1	Grupo de Respondentes	49
3.3.1	Forma de coleta dos dados.....	49
3.5	TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS.....	50
4	ANÁLISE DOS DADOS	50
4.1	TRATAMENTO	51
4.2	CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MULHER POLICIAL.....	53
4.3	CARACTERÍSTICAS FEMININAS <i>VERSUS</i> OFÍCIO POLICIAL-MILITAR.....	59

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS.....	69
	APÊNDICE A – ENTREVISTA COM UMA AMOSTRA DO EFETIVO FEMININO DO COMANDO REGIONAL DE POLÍCIA OSTENSIVA DA FRONTEIRA OESTE	73
	APÊNDICE B – ENTREVISTA COM UMA AMOSTRA DO EFETIVO MASCULINO DO COMANDO REGIONAL DE POLÍCIA OSTENSIVA DA FRONTEIRA OESTE	75
	APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DE LIVRE CONSENTIMENTO	76

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pretende analisar o espaço ocupado e o papel desempenhado pelas mulheres na Brigada Militar, concebido com a finalidade de servir como requisito para a obtenção do título de bacharel em Administração. Buscando deste modo, relacionar o conhecimento adquirido durante o curso de graduação, trazendo à ciência dos leitores, informações anteriores aos fatos que são analisados no momento, que atuam com a finalidade de proporcionar uma fundamentação teórica a cerca das relações de gênero e de trabalho, apresentando a estrutura e funcionamento da organização que serve neste caso como objeto de pesquisa, mais especificamente as mulheres que fazem parte dela, para que assim seja possível entender a situação atual e a importância da inserção das mulheres neste ambiente predominantemente masculino.

A sùmula de teorias encontradas nesta pesquisa tem por destino verificar a experiênciada das mulheres que se encontram inseridas na policia ostensiva do Rio Grande do Sul, dando ênfase a inserção destas pela peculiaridade da cultura deste tipo de organização. Visto que a mesma passa nos últimos anos por transformações de sua imagem e maneira como age perante a sociedade, onde caem por terra algumas características que anteriormente pensava-se serem inerentes a elas, valorizando-se mais as ações estratégico-preventivas na formação de táticas e planos que dispensem nos casos em que é possível, o uso obrigatório da força bruta, no intuito de prevenir conflitos e práticas violentas, apreciando mais atributos femininos, justamente em decorrência desta reconceituação que atravessam as forças policiais, que estas sentiram o relevante impacto positivo na admissão destas profissionais e suas características (CALAZANS, 2003).

A transformação do perfil de trabalhadores ocorrido a partir das Grandes Guerras pelo mundo, alterou o cenário empregatício, dando espaço para que as mulheres pudessem conquistar espaços e mostrar suas habilidades e competências no mercado de trabalho, a principio em atividades que a sociedade da época julgava como compatíveis ao sexo feminino. Caminhando para uma vagarosa evolução que presenciamos ainda nos dias de hoje, quanto à abertura de espaços em ambientes organizacionais, a pouco tempo atípicos para mulheres (PROBST, RAMOS, 2003).

O primeiro contato das mulheres com conflitos armados se deu a partir de suas participações como enfermeiras, onde as mesmas foram convocadas e treinadas para atender

os feridos destas guerras. Fato este que pode ser considerado o primeiro caso de incorporação de forma legal destas, às forças armadas, sendo que durante a II Guerra em especial, merece destaque, as mulheres que atuaram como pilotos de caça e combatentes nos fronts, juntamente as que seguiram em suas nobres tarefas à cerca dos cuidados com os feridos (SANTOS, 2009).

Já no Brasil, um dos casos mais antigos de atuação feminina em batalhas armadas, data do ano de 1820, durante a Guerra da Independência, onde a baiana Maria Quitéria de Jesus, vestindo uniforme masculino, e usando o nome falso de soldado Medeiros, foi regularmente integrada ao Batalhão de Voluntários de D. Pedro I. Foi graças a seu excelente desempenho durante as lutas, que conseguiu o posto de Alferes de Linha e sua respectiva remuneração, ficando relacionada como a primeira mulher a oficialmente compor um órgão militar (BASTOS, 2009).

Embora as mulheres ainda enfrentem algumas desigualdades em relação a remuneração e dificuldade na ascensão a cargos mais altos, mesmo com nível de instrução superior, o estudo das questões de gênero e das redes de poder que são formadas nas organizações, se faz essencial para que sejam observadas as questões que facilitam a permanência destas disparidades, assim como observar as práticas positivas que auxiliam as mulheres na formação de suas identidades como militares, tornando-as parte das forças policiais tanto quanto e da mesma forma, que os homens (CAPPELLE, 2006).

Problemática

A problematização inserida no tema desta pesquisa trata da discussão das mulheres que através da necessidade da subsistência e também pela luta de igualdade de direitos, conseguiram se inserir no mercado de trabalho, mas somente esta etapa de inserção das mulheres, ainda no início do século XIX, é apenas o começo de uma extensa análise social.

Após a iniciação das mulheres em atividades em que eram denominadas de acordo, para o gênero feminino, mulheres de todas as partes do mundo perceberam que podiam e queriam mais. Deste modo foram conquistando cada vez mais direitos, até a igualdade, para posteriormente absorverem espaços predominantemente masculinos, como o

caso desta pesquisa uma organização militar, a Brigada Militar do Rio Grande do Sul (ALMEIDA, 2008).

Ainda que a mulher não tenha alcançado a plenitude da igualdade para com o homem no mercado de trabalho, já que as diferenças salariais ainda perduram, mesmo com função idêntica e maior escolaridade por parte da mulher. O estudo de gênero nas organizações, em especial as secularmente masculinas, trazem muitas questões pertinentes a serem analisadas, bem como respondidas, como almeja este trabalho, se assim for possível.

Portanto, no objetivo de responder a esta indagação, a questão desta pesquisa refere-se ao questionamento de qual é o espaço ocupado e o papel desempenhado pelas mulheres atualmente na Brigada Militar.

Objetivos

A seguir serão conhecidos os objetivos que esta pesquisa busca atingir, procurando paralelamente discutir e revisar conceitos importantes em relação às conquistas femininas, visto que esta compreensão se torna necessária para o entendimento de questões mais amplas relativas ao movimento social do feminismo, importante fato do início do século XIX, que contribuiu significativamente para a percepção da correta utilização do potencial feminino.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o espaço ocupado pelas mulheres no Comando Regional de Polícia Ostensiva da Fronteira Oeste.

Buscando não quantificá-lo, mas perceber através da visão dos homens que presenciaram a Instituição antes da presença feminina e também destas mulheres que vieram posteriormente a fazer parte da mesma, como elas agem e se relacionam com o meio organizacional, assim como com a atividade fim dentro da corporação, analisando como elas conquistam e demarcam seus espaços como profissionais, levando seus depoimentos à luz dos conhecimentos científicos aqui referenciados. Do mesmo modo os militares masculinos mostram a perspectiva da realidade vivida antes desta inserção, e as modificações dela derivada.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

- a) Investigar as funções desempenhadas pelas mulheres atualmente no Comando Regional de Polícia Ostensiva da Fronteira Oeste;
- b) Analisar a representatividade das mulheres no Comando Regional de Polícia Ostensiva da Fronteira Oeste;
- c) Identificar as mudanças que a admissão de mulheres ocasionou à Brigada Militar.

Justificativa

A escolha do tema baseou-se na própria vivência que obtida durante estágio no Comando Regional de Polícia Ostensiva/Fronteira-Oeste (CRPO/FO), situado nesta cidade. No que diz respeito à observação e à convivência com polícias femininas, incógnitas foram percebidas e assim despertaram o intuito de saber mais a fundo, como foi o percurso de formação e inserção destas mulheres, e como surgiram as primeiras a fazer parte da Corporação, em especial da Instituição em Santana do Livramento.

Especialmente por ser um ambiente, que foi por muito tempo exclusivamente masculino (SANTOS, 2009), este fato contribuiu para a escolha de estudar a inserção das mulheres em uma organização militar, principalmente, pelo histórico de lutas, e posteriores conquistas, que por um longo período as mulheres tiveram de travar com a sociedade (e por muitas vezes ainda têm), para que lhes fossem ofertado o que era de direito: igualdade (ALMEIDA, 2008).

Por conseguinte, a partir dessa experiência, o âmbito militar pôde ser percebido como um rico campo de pesquisa social, repleto de questionamentos ainda não respondidos, e paradigmas a serem reinterpretados, bem como revistos, por civis e militares. Sendo este um estudo também com base antropológica, e social, visa esclarecer e investigar como as questões de gênero são vistas neste ambiente tão peculiar e ainda predominantemente masculino.

Cabe ainda que se faça alusão à relevância dos estudos de gênero. A modificação visual do movimento feminista na atualidade, não demonstra conformidade com o que já foi

conquistado, mas remete a uma nova forma, hoje mais consciente, mais objetiva e alinhada ao que já foi conquistado, na luta e afirmação dos direitos das mulheres. Podendo estas formas menos agressivas, porém eficientes e devidamente estruturadas, de apoio e suporte, não ficar delimitada apenas à discussão sobre as mulheres em si, prevenindo que o termo “gênero” torne-se um sinônimo de apenas um deles (PEDRO, GUEDES, 2010).

Os estudos de gênero, mais do que disseminar, assim como desmistificar conceitos que ficaram turvos ao longo da história, propiciam uma interação simultânea entre diferentes áreas do conhecimento, promovendo o debate sempre contínuo e analítico que quando aliado ao pensamento feminista, podem ser percebidos como compositores de um campo de saber interdisciplinar na busca da investigação das causas das amarras históricas, que por séculos reprimiram as mulheres, ofertando diferentes e ricas visões, desse obscuro e errôneo período. (MIRANDA, 2009).

Portanto, é necessário que se faça presente dentro das instituições de ensino, haja vista sua missão como disseminadoras do conhecimento e formadoras de opinião, que seja incentivada a elaboração de mais pesquisas a cerca desta temática, por ainda serem poucas as mesmas relacionadas a este assunto, e por ser necessário que mais pesquisadores tentem desvendar o nebuloso emaranhado de conceitos e relações de gênero, vindo a enriquecer o acervo bibliográfico e contribuir para a desmistificação das relações sociais entre os sexos, bem como propor e melhorar a forma como são construídas em âmbitos diversos.

A seguir, mostra-se a estruturação do trabalho, assim como a forma como ele está dividido, a fim de que o leitor situe-se qual a forma de abordagem deste trabalho acadêmico.

Estrutura do trabalho

Até então foram apresentadas ao leitor, a introdução, a problemática e a justificativa da pesquisa. A estrutura que o mesmo toma, a partir do próximo capítulo, pauta-se em um referencial teórico onde as teorias e conceitos importantes a cerca do tema foram redigidas.

Este está dividido em tópicos, a saber: as mulheres no mercado de trabalho, onde é feito um breve histórico das lutas femininas, bem como sua situação hoje; gênero, cultura e poder nas organizações, para que de possa localizar estes conceitos relacionando-os, a

organização de estudo, juntamente às premissas que a mesma carrega; Brigada Militar, na qual a instituição de estudo é apresentada de uma forma mais geral; início da Brigada Militar, onde o leitor fica ciente dos fatos que levaram a criação da mesma, o tópico seguinte aborda a origem do nome dado a esta força policial, pouco usual nas polícias estaduais do Brasil; no item seguinte será mostrada a estrutura da organização, e finalizando o referencial teórico, o tópico denominado inserção das mulheres na Brigada Militar.

A partir da próxima seção será explanado o método de pesquisa escolhido para orientar a busca de dados no campo de análise eleito, mais à frente será elucidado o método de pesquisa escolhido.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão descritas, as informações pertinentes ao histórico das mulheres no mercado de trabalho, bem como à organização que se faz objeto desta pesquisa, com a finalidade de dar ao leitor suporte informativo quanto à situação inicial em que se encontravam as mulheres no começo da vida em sociedade, assim como a evolução ocorrida na mesma. Para que então, se possa entender o quão importante foi sua inserção no mercado de trabalho, e de que forma aconteceu, bem como a origem, a estrutura da organização, o começo da admissão de mulheres na Brigada Militar, a concepção de seu nome, assim como conhecimentos mais voltados ao âmbito acadêmico como gênero, cultura e poder nas organizações.

As exposições destes conceitos configuram importante fonte de saber, para que assim se possa observar como os mesmos podem ser aplicados em relação à estrutura da Brigada Militar, bem como sua evolução no que diz respeito a estes vocábulos, até então, difundidos e vivenciados há pouco tempo dentro da caserna.

2.1 As mulheres e o mercado de trabalho

Desde o surgimento das primeiras civilizações, a dominação masculina é um fato histórico, sendo assim perpetuado através de inúmeras gerações no transcorrer do tempo. Dominância esta, que pode ser percebida por meio de ações diversas, tais como o comando sobre o trabalho das mesmas pelos homens, a restrição imposta quanto à obtenção de recursos econômicos e sociais, havendo relevância ainda, a obstrução do acesso aos direitos políticos e decisões governamentais, sofrendo muitas vezes, diversos tipos de violência. (BACK, *et al.*, 2012).

Para a total compreensão dos estudos de gênero, é mister que se conheça a essência do mesmo. A partir deste saber Pedro e Guedes (2010) afirmam:

A partir do conceito de gênero, é possível entender como essas atribuições de características diferenciadas, colocam as mulheres em posição de desigualdade em relação ao homem, uma vez que, essas atribuições estão associadas à afirmação do poder dos homens sobre as mulheres, fato que, pode ser observado concretamente na História, com a atribuição do gerenciamento da esfera pública sendo delegada aos homens. (PEDRO; GUEDES, 2010, p. 4)

A conquista da cidadania das mulheres embora tardia, pode ser considerada uma das mais relevantes de suas conquistas. A participação das mulheres nas atividades políticas promoveu que se discutisse as questões de gênero, não apenas por aqueles, que historicamente já detinham o poder das decisões, mas também juntamente à presença daquelas que, prejudicadas ao longo dos séculos, no momento já não estavam mais à margem das resoluções políticas, mas através de inúmeras batalhas e resistência nunca esmorecida, acabaram por conquistar o espaço de que era necessário para que mais pudesse ser feito, no intuito de compensar a desvantagem por tanto tempo vivenciada pelas mulheres. Embora muito já tenha sido melhorado, essa transformação de conceitos possibilita também que a sociedade se desvencilhe de pré conceitos e estereótipos, confortavelmente concebidos para que a atitude de dominação se tornasse facilmente aceita e habitual. (CARVALHO, 2011).

Esta relação, dominador *versus* dominado teve início juntamente com a concepção da sociedade patriarcal imposta por nossos colonizadores e pela Igreja Católica, onde o homem era a autoridade dentro da família, o responsável por prover ao lar a satisfação das necessidades básicas e financeiras, a quem a mulher devia respeito, obediência, e lhe era delegada a responsabilidade pela educação e cuidado em tempo integral da prole. Esta divisão de tarefas facilitava o controle do homem sobre as atividades da mulher, uma vez que estas atividades demarcadas reafirmavam o estado de submissão à que era mantida, onde permanecia praticamente o tempo todo envolvida em atividades domiciliares. (PEDRO e GUEDES, 2010).

O Movimento Feminista, a que muito se é atribuído a obtenção e reconhecimento da igualdade de direitos entre os gêneros, ocorreu e pode-se dizer, que ainda hoje ocorre, já que a ocorrência de desigualdades e desrespeito a integridade feminina de forma geral, persiste, como oportunidade de defesa e ampliação destes direitos. Já que deve-se investir as forças deste movimento, não apenas em fazer valer algo que é atribuído a todo e qualquer ser humano, mas em uma libertação que há muito deveria ter ocorrido, e que nem ao menos, deveria ser preciso, porém historicamente se faz necessária, dada a imposição de qualidades e funções atribuídas a homens e mulheres, onde a relação dominante e dominado, foi consolidada socialmente ainda nos primórdios da formação da vida coletiva (MIRANDA, 2009).

Este movimento começou por volta das décadas finais do século XIX, onde as mulheres inglesas, impulsionadas pela vontade participar das decisões políticas por meio do voto, reuniram-se em prol desta causa, ficando conhecidas como *suffragetes*, justamente pelo motivo que as levou à rua. O modo não convencional como estas mulheres expressaram sua indignação na época, destacou ainda mais o motivo das manifestações de que faziam parte, já que elas não mediam esforços para que fossem ouvidas, havendo greves de fome, e forte repressão. Sendo que algumas acabavam presas, ou iam mais além, oferecendo suas próprias vidas para que outras mulheres pudessem ter seus direitos atendidos. O voto foi adquirido pelas mulheres no Reino Unido em 1918 (PINTO, 2010).

Já no Brasil, o movimento feminista inicialmente, foi concebido em um viés com perfil anarquista, já que assim denominavam-se a classe de trabalhadoras que davam forma ao movimento, no ano de 1917. A União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, reivindicava, a princípio uma acanhada modificação na situação de trabalho, nas fábricas e oficinas têxteis da época (PINTO, C; *apud* PINTO, 2003, p. 35). Porém, no Brasil assim como em outros lugares do mundo, o movimento sofre uma desaceleração, ficando por praticamente três décadas “adormecido”, voltando com força total no ano de 1960, dadas inúmeras mudanças, tanto políticas, como literárias, assim como em novas propostas de modo de vida, ocorrendo de maneira frenética no cenário mundial (PINTO, 2003).

Foi em meio a ditadura vivida no país que as primeiras manifestações feministas relevantes ocorreram. O governo era hesitante em validar as manifestações feministas, por acreditarem que eram de natureza política e moralmente danosas a sociedade, embora a Organização das Nações Unidas (ONU) nos anos seguintes vinculasse conferências e debates promovendo a disseminação de conhecimentos e informações para promoção da igualdade de direitos entre os gêneros (COUTO, 2012).

Ainda hoje, pode-se perceber certa semelhança com o passado, já que a mulher comumente segue acumulando atividades semelhantes, além de competir no mercado de trabalho. Porém é notável que esta já é aceita em ramos de atuação que antigamente era inimaginável que obtivessem notoriedade, por se tratarem de segmentos tipicamente masculinos, tais como a construção civil, as Forças Armadas e o policiamento ostensivo.

O acúmulo de funções a que a mulher é submetida na sociedade atual, quer por necessidade, que por opção, reflete o que anteriormente foi vivido pelas mulheres no século anterior. É necessário que ela supere os homens em todos os sentidos, profissionalmente, por

reter “turnos extras” de trabalho, e pessoalmente por carecer muitas vezes de abster-se das próprias vontades em prol do que a sociedade lhes exige, ou mesmo de realocar horários, planos e metas em função de motivos de força maior, como os filhos por exemplo. (BACK, *et al.*, 2012).

Com o reconhecimento da necessidade de igualdade e valorização da mulher, tanto pela sociedade, como pelo Estado, através de políticas públicas específicas visando a garantia de direitos, resultante em parte, também do movimento feminista, é notável a dilatação que o espaço feminino ganhou nos últimos anos se tratando de mercado de trabalho. Porém a origem das mulheres neste mercado, deve-se muito mais a própria mulher, do que substancialmente, em um primeiro momento, das lutas em busca de igualdade (PEDRO,GUEDES, 2010).

Devido ao início da I e II Guerra Mundial, as mulheres tiveram de assumir as lacunas na mão de obra deixadas pelos homens que foram fazer parte das linhas de frente. Muitos deles voltavam mutilados, impossibilitados de buscar a subsistência da família, outros se quer voltavam. Foi neste contexto que as mulheres encarregaram-se de continuar aquilo que havia sido deixado por eles antes das guerras. Com o avanço da sociedade as mulheres conquistaram alguns benefícios trabalhistas como proibição da dispensa por motivo de gravidez, licença de quatro semanas antes e após o parto, redução da carga horária, veto do trabalho feminino entre 22 horas e 5 horas da manhã (PROBST, RAMOS, 2003).

Para a época, se tratava de uma imensa evolução, que trouxe de certa forma, segurança, facilitando em parte que ela pudesse atuar de forma mais ampla no mundo trabalhista, embora nem sempre tudo fosse respeitado à risca.

Atualmente as mulheres ocupam cargos estratégicos em multinacionais, comandam tropas, administram países, criam tecnologias de última geração, em fim, estão em qualquer lugar que desejarem estar. Novamente Probst e Ramos (p. 3, 2003) nos esclarecem que a participação da mulher no mercado de trabalho vem crescendo substancialmente em vários países, sendo eles desenvolvidos ou ainda em desenvolvimento. No Brasil, este fato pode ser atribuído principalmente pelo controle da natalidade e pelo aumento do nível de instrução destas mulheres, ocupando 41% da força de trabalho, sendo somente 24% correspondente aos cargos de gerência (PROBST e RAMOS, 2003).

Entretanto, a diferença salarial ainda persiste, visto que as mulheres brasileiras recebem, em média, o correspondente a 71% do salário dos homens. Essa diferença tem

menos variação nas funções que requerem menor qualificação. Ainda assim quando se trata dos cargos de chefia, gestão e diretoria as mulheres estão mais perto da equidade salarial. Cabe destacar que, esta diferença está caindo gradativamente, já que a mulher está a menos tempo no mercado de trabalho, é aceitável que esta acabe por possuir portfólio histórico mais compacto que o masculino (PROBST e RAMOS, 2003).

O mundo capitalista tem percebido as habilidades e o potencial femininos para o trabalho, e hoje, pode-se dizer que dá lugar e voz às profissionais que desejam mostrar seu valor profissional. Embora muito ainda deva ser feito para equiparar funções e salários, a mulher do século XXI é independente, multitarefa, e possui mais instrução que os homens, perfil este, totalmente diferente de suas antecessoras, à que se deve a maioria das conquistas que são normais agora, provando a sociedade que podem chegar em qualquer lugar que desejarem (BACK, *et al.*, 2012).

A seguir, serão introduzidos os conceitos de gênero, cultura e poder aplicados às organizações.

2.1.1 Gênero, cultura e poder nas organizações

Como já evidenciado anteriormente, o conceito de gênero nas organizações deve transcender o sentido apenas orgânico no classificar, homens e mulheres, para que este não se torne sinônimo apenas de um deles (neste caso, do gênero feminino), este deve remeter ao conceito apenas de que somos diferentes, em nossas habilidades e fraquezas, e que estas diferenças atuam como complementos no que cada um possui menos desenvolvido (PEDRO, GUEDES, 2010).

Dentro de organizações militares estas relações de gênero foram formadas ainda com as primeiras turmas de mulheres a ingressar, primeiramente às forças armadas, mas em maior número posteriormente nas polícias militares, ambos impulsionados pelas mudanças sociais derivadas da luta das mulheres por direitos iguais, e por uma mudança institucional que estas forças careciam. Parte daí a decisão da inserção das mulheres, visando a mudança de uma imagem fria e truculenta, para uma melhor relação com a comunidade, através do abrandamento que as mulheres ofereciam com suas características naturais (CALAZANS, 2003).

Embora muito tenha sido modificado em relação a incorporação das mulheres às fileiras, tanto das Forças Armadas, quanto das Polícias Militares, os estudos sobre gênero aqui revisados nos remetem a uma concordância, de que faltam políticas que estimulem a inclusão das mulheres nas forças militares. Assim como um preconceito mesmo que “informal”, pelos colegas de farda que agem excluindo mulheres dos círculos sociais formados dentro das instituições, fazendo perdurar a ideia de que as mulheres não são compatíveis com a carreira, por possuírem características não adaptáveis aos combates e aos valores que norteiam a caserna, o que dificulta a mulher a galgar os degraus da carreira, para que deste modo obtesse graus hierárquicos mais elevados (CALAZANS, 2005).

Outro fator relevante que dificulta a ascensão e absorção inteligente destas mulheres às instituições militares, é a cultura vigente nestas organizações, fator este também que possui alta resistência a ser modificado. Fleury e Fischer (2007), conceituam como cultura organizacional um conjunto de valores, normas e crenças, tomadas por certas dentro da organização, a um ponto que permanecem submersa à mesma. Ainda sob a conceituação de cultura, para que ela seja entendida pelos participantes da organização, é necessário que ela seja repassada aos integrantes da maneira mais perceptível possível, de forma que pode se identificar sob o enfoque das organizações militares, alguns rituais que servem como o jeito visível de se demonstrar a cultura organizacional aos que a ela pertencem, como as Jornadas de Instrução Militar, os cursos de formação, os valores e princípios repassados o tempo todo na academia, e posteriormente sinalizando, um fechamento das etapas vencidas, a formatura (CALAZANS, 2003).

Para Musumeci e Soares (2004), a grande demonstração da falta de uma cultura voltada a informação é o próprio fato de grande parte das polícias militares brasileiras ter incorporado mulheres ao seu efetivo há mais de vinte anos e ainda hoje, não incluir na organização de seus banco de dados a variável de gênero, por se tratar de um importante fator de análise humana, devido ao mesmo representar as diferenças pertinentes aos sexos. A carência de informações que tragam à tona a realidade vivida pelas mulheres policiais, é propagadora de um fato ainda mais relevante, evidenciado através de revisão bibliográfica, que é ausência de um planejamento racional para o correto emprego do potencial multitarefa feminino e de qualquer instrumento mensurador de avaliação da experiência de absorção deste contingente.

Por outro lado, Calazans (2005) mostra em sua obra uma visão bem interessante da inserção das mulheres em organizações militares, como produto de modificação da cultura organizacional, inserindo à esta, o senso de diferença, uma vez que os dois se valeram destas transformações positivamente. A Corporação com vistas a ter sua imagem convertida em menos brutalizada, com enfoque para medidas e ações preventivas, valorizando mais o potencial estratégico do que seu direito coercitivo, proporcionados em certos aspectos pela modificação do aparato policial e seu próprio modelo de polícia, em contrapartida as mulheres introduziram instabilidade, modificação estrutural, tanto no que diz respeito a estrutura física, como as ideológicas.

A partir do momento que se começa a pensar mais em medo, no risco de vida à que estão expostos estes profissionais, assim como a ordem vigente dentro força, e a ocupação de mulheres em um âmbito masculino, tem-se a abertura dos quadros como fomento a independência, assim como mais uma opção de oportunidade, facilitando uma maior participação feminina no mercado de trabalho. (CALAZANS, 2005)

Por fim, outro conceito relevante que permeia o âmbito militar, e se faz juz que seja mencionado, são as redes de poder associadas aos conceitos de gênero, dentro destas organizações. Vejamos a percepção de alguns autores que encontraram em outras forças militares seus objetos de observação e análise. Com a ótica da Polícia Civil do Ceará, Lopes e Brasil (p. 4, 2010) verificaram “que as mulheres policiais se inserem numa relação de poder na definição e demarcação dos postos de comando e funções, cujas estratégias envolvem negociações e manejos com o exercício do poder, além de competências e habilidades junto aos pares policiais masculinos e femininos”.

Ou seja, neste caso as policiais femininas, utilizam-se além da própria atribuição a elas conferidas pelo posicionamento hierárquico, usufruem também de estratégias e métodos que enaltecem características tipicamente masculinas, mas que também por sua vez, provocam um realinhamento na conceituação do que sejam as tarefas geralmente conferidas as mulheres. Visto que estas se identificam do mesmo modo com atividades operacionais, assim como as que exigem liderança, manifestando que estas não necessariamente preferam as funções administrativas longe das ruas, onde historicamente acabaram por ser de imediato alocadas, por na época ser conceituado como mais apropriado as mesmas (ADÃO, 2007).

Conforme Capelle (p. 298, 2006), mostrando-nos sua visão em seu estudo sobre o trabalho feminino na Polícia Militar de Minas Gerais, “os sistemas de diferenciação e de

institucionalização na Polícia Militar envolvem também desigualdades de gênero, que, quando transpostas para o espaço organizacional, influenciam nas relações de poder entre seus membros”.

Deste modo, pode-se dizer que as relações de poder que circundam a todos aqueles que pertencem a uma instituição militar, são derivadas das próprias características da organização, como os rituais, a cultura, e as práticas inseridas e fomentadas aos militares, desde sua iniciação na caserna, influenciando no modo de agir de cada um deles. A partir daqueles valores e méritos julgados mais importantes, forma-se uma rede de poder, onde estes se inter-relacionam através da ação praticada sobre o outro em conformidade ao poder adquirido através de capital intelectual, assim subindo em níveis hierárquicos, bem como os méritos obtidos através da competência reconhecida por meio de eficiência na atividade fim (LOPES, BRASIL, 2010).

A seguir, será feita uma breve apresentação da instituição que serve como o objeto desta pesquisa.

2.2 Início da Brigada Militar

A concepção da Polícia Militar do Rio Grande do Sul, denominada Brigada Militar, assim como outras polícias estaduais, teve sua origem marcada pela necessidade de se afirmar a soberania sobre o território recém colonizado, pouco tempo depois da chegada das primeiras caravelas portuguesas ao Brasil. No ano de 1532, chega à área que hoje corresponde ao Rio Grande do sul, a expedição de Martin Afonso de Souza, onde um dos participantes desta expedição chamado Gaspar Viegas, registra a título de conhecimento, sua passagem por esta área a que denominaram “Rio Grande de São Pedro” (SIMÕES, 2002).

Porém apenas no ano de 1549, com a vinda do fidalgo Tomé de Souza, objetivando solidificar a colonização lusa, dá-se início ao período dos governadores gerais, que estavam por fim, incumbidos de administrar a colônia, buscado abranger toda a extensão do território, expandindo a colonização para que ficasse mais bem distribuída possível, admitindo assim, o que era o começo de uma organização militar para esta área, constituindo o primeiro corpo militar da colônia.

Inicialmente as forças policias brasileiras tinham os mesmo moldes, das existentes em Portugal, visto ser natural que o colonizador passe suas crenças e cultura ao povo

colonizado. Sendo assim, D. João IV, após o livramento da dominação espanhola que assolava Portugal no ano de 1640, reorganizou as policiais permanentes em exército de linha, que era composto por três armas, sendo elas denominadas infantaria, cavalaria e artilharia; os auxiliares que compreendia à tropa de segunda linha e era considerada uma força de segurança e reserva, podendo ser solicitada apenas quando em estado de emergências. Por último as ordenanças, que detinham a responsabilidade da segurança pública, era a tropa de terceira linha, que poderia também ser aplicada como reforço à primeira linha.

Ainda que o Estado do Rio Grande do Sul tenha ficado inexplorado por quase dois séculos, esta faixa de terra correspondente ao mesmo, volta a ter importância estratégica, devido a unificação de Portugal e Espanha, que facilitou a entrada de ambos em territórios que antes ficavam delimitados pelo Tratado de Tordesilhas, visto ter sido traçada uma efetiva rota comercial região do Rio da Prata, fortificando relações entre o Sudeste e o Sul. Tornando o ano de 1737 o ano oficial de fundação, início da ocupação e povoação do Rio Grande do Sul, junto à expedição do Brigadeiro José da Silva Paes, a mais extensa a atracar no Canal de Rio Grande (atual município), que era composta por um total de duzentos e cinquenta e quatro homens, dentre eles três capitães, três alferes, sete sargentos, cento e quarenta soldados, trinta e sete dragões, trinta e sete artilheiros e cinco marinheiros, contando ainda com três civis a bordo. Esta expedição pode ser considerada como o começo da formalização policial no Rio Grande do Sul, sendo iniciadas as fortificações do presídio Jesus-Maria-José (SIMÕES, 2002).

Após proclamada a independência do Brasil em 1822, a então não mais colônia, é remetida a organização de um novo estado liberal e independente. Instituído o imperialismo e concedida a maioria a D. Pedro II, o Brasil ainda demora um pouco até se consolidar no novo modelo político, ocorrendo neste entremeio algumas investidas armadas que influenciavam no funcionamento do mesmo, como a Confederação do Equador que envolvia quatro províncias de relevância para o Rio Grande do Sul. Já no ano seguinte o conflito foi envolvendo a Província Cisplatina em favor do Rio Grande do Sul, sendo reconhecida a total independência do Brasil, no ano de 1828 com o nascimento da República Oriental do Uruguai faixa de terra até então compreendida como pertencente a província.

Em um momento conturbado dentro da província, o vigente governo regencial buscava solucionar a crise do policiamento ostensivo da época, a chamada Guarda Permanente Municipal, que não dava conta da criminalidade acentuada, e era considerada atrasada em

relação a outras forças policíacas. Vivenciando ainda as consequências da Revolução Farroupilha, o presidente eleito para o período que se seguia ao ano de 1835, representante dos liberais moderados, começa seu governo tentando centralizar o poder, promovendo mais autonomia as províncias, porém pela tendência liberal de suas decisões não permanece por muito tempo no poder, havendo a necessidade de renunciar seu mandato assumindo provisoriamente Pedro Araújo Lima, nomeando para presidir a província o Marechal de Campo Antonio Elzeário de Miranda e Brito (RIBEIRO, 2011).

Ao tomar posse de seu cargo, uma das primeiras medidas, do então presidente, foi compor a lei número 07, em 18 de novembro de 1837, que embora fosse vigorar apenas em 1841, regia a formação de uma Força Policial para a província, composta por um efetivo de 19 oficiais, 344 praças, gerando um total de 363 homens, portanto, é considerada esta a data de criação da Brigada Militar, nem sempre conhecida por este nome, porém desde sempre a instituição responsável pela manutenção da segurança e ordem pública no Estado (SIMÕES, 2002).

2.2.1 Origem do nome "Brigada" Militar

Como já referido anteriormente, a Brigada Militar nem sempre possuiu este nome, desde sua criação. Primeiramente, fora denominada Força Policial, através da Lei número 7, de 18 de novembro de 1837, embora esta nunca tenha chegado a funcionar efetivamente, servindo esta medida legal, apenas para aumentar a indignação farroupilha, conforme registros históricos, em que Bento Gonçalves elenca esta lei um dos motivos da revolução.

Ao ser promulgada a lei que padronizava as forças de policiamento na província, esta ficou nomeada oficialmente como Corpo Policial em 1841, em substituição à nomenclatura de Força Policial, tendo início o compromisso e nobre dever, assim como a formalização dos trabalhos e todas as atribuições da referida organização militar na forma da lei (RODRIGUES, 2008).

Este Corpo Policial segue estruturado e vigente, durante quase toda a metade do período do Segundo Reinado (1840-1889), ficando assim recrutada sua força de trabalho, de acordo com o artigo 5º, da mesma lei de nº 7 do ano de 1841, conforme nos elucidam Simões (2002):

Para tanto, seriam preenchidos seus quadros por meio de engajamento de nacionais e estrangeiros, de 18 a 40 anos, detentores de boa conduta moral e civil, atestadas pelo Juiz de Paz. Preferindo-se aqueles que serviram na primeira linha ou na extinta segunda linha do Exército. Sendo que, na hipótese de insuficiência de engajamento, seria o que fosse determinado pela legislação em vigor. (SIMÕES, 2002, p. 39)

Portanto, vê-se, que da mão de obra especializada que havia naquela época, como os que serviram as extintas forças policiais de primeira e segunda linha do exército, existentes antes desta lei, praticamente todo o efetivo fora “reaproveitado” voltando a servir ao Corpo Policial, desta vez mais estruturado e organizado, sendo oficialmente nomeado pelo presidente da província Elzeário de Miranda e Brito, para comandar a corporação, o tenente coronel do exército Quintiliano José de Moura, ex-comandante dos Municipais Permanentes.

A atuação deste Corpo Policial fora ampliada no ano de 1855, passando de área abrangida por Porto Alegre, seus subúrbios e região metropolitana, para a inclusão das cidades de Cruz Alta, Cachoeira, Pelotas e Alegrete. Sendo criadas no ano seguinte, três divisões pioneiras no combate a incêndio no Estado, delegados ao Corpo Policial, exército e Guarda do Porto. Onde logo em seus primeiros anos de funcionamento sobreviveu a carência de recursos e até mesmo de efetivo, ocasionados principalmente em decorrência da Revolução Farroupilha, sendo designados quando necessário e temporariamente, contingente da Guarda Nacional.

Uma das atuações mais importantes deste Corpo Policial foi na Guerra do Paraguai, sucedida no período entre o período de 1864 e 1870. Onde uma aliança composta por Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai foi firmada, com o propósito de expandir o território Paraguaio, tomando posse de territórios circundantes, a fim de ter melhor acesso ao mar pelo porto de Montevideu.

Para isto foi criado com a exclusiva função de atuar nesta guerra o 9º Corpo de Voluntários da Pátria que juntou-se a Guarda Nacional para invadir o território Paraguaio, sendo uma das primeiras tropas estrangeira a adentrar ao mesmo, onde permaneceu, ainda que dissolvido o Corpo Policial, parte de seu efetivo, para guardar localizações territorialmente estratégicas. As tropas retornam ao fim da guerra, em meados dos anos de 1870, sendo recebidas com louvor (SILVA, 2010).

Em 1889, com a Proclamação da República, o Corpo Policial sofre novas modificações, pois uma nova ordem jurídica institucional começa a funcionar no Brasil. Cai o parlamentarismo e surge o presidencialismo, havendo a descentralização do poder através da instituição dos governadores e dos estados-membro. Onde aos 15 dias do mês de novembro do ano de 1889, através do decreto 1º, os governadores recebem ordem imediata, para organizar de pronto, todas as medidas cabíveis e necessárias para assegurar a manutenção da ordem e da segurança pública, ficando a critérios destes, a criação de uma Guarda Cívica, se assim o achassem, com a finalidade de garantir a segurança dos cidadãos nos recém criados Estados (SIMÕES, 2002).

Ficando assim, estabelecido no dia 26 de dezembro de 1889, a Guarda Cívica no Estado, permanecendo o mesmo regulamento da Força Policial, de julho de 1888 até outubro de 1892 onde uma nova regulamentação é adotada, ficando encarregado do comando e organização, o Major do Exército Tomaz Tompsom Flores, estando ele submetido tanto ao governador do Estado no que tange assuntos administrativos, como do chefe de polícia no que diz respeito à temas estritamente de cunho policial.

Com o estabelecimento da Primeira Constituição Estadual Republicana, no ano de 1891, afirmam-se os pilares jurídicos que iriam nortear o destino da estrutura administrativa do Estado durante o período republicano. Em novembro de 1891 o Marechal Deodoro da Fonseca dissolve o Congresso Nacional e manifesta apoio à Julio de Castilhos como governador do Estado, visto que fora um dos principais mentores intelectuais da nova constituição, que se mantém neutro frente à grave instabilidade política vivida no Rio Grande do Sul. Esta atitude obriga o mesmo a renunciar ao mandato, onde a constituição é anulada pelo governo seguinte, passando o Estado desde estes fatos por dezoito governos. Ficando este período chamado historicamente, como “governicho” (SIMÕES, 2002).

No começo do ano de 1892, assume o comando da Guarda Cívica o Major Antonio Carlos Chachá Pereira, que detinha a partir de sua posse, a importante responsabilidade de estabelecer novamente a ordem pública, realmente abalada no auferido momento. De acordo com o Ato de 28 de março de 1892, no que se refere ao seu artigo 1º, este dispõe que a Guarda Cívica passava a chamar-se Corpo Policial do Estado, devendo estruturar-se em um estado maior e menor, um batalhão de infantaria com quatro companhias, e um regimento de cavalaria com quatro esquadrões.

O reestruturado Corpo Polical do Estado, já era acionado logo que composto, visto o momento político ser perigosamente instável na época, havendo burburinhos de disposição do governo vigente, assim o Comandante do Corpo Policial, passava a função ao Major Luiz Manoel da Silva Teles sob a prerrogativa de cortes nas garantias da tropa, e uma nomeação duvidosa, de oficial estranho à corporação para cargo de fiscalização.

Com a gravidade da situação aumentando devido a muitas revoltas armadas, assim como a insatisfação política que vigorava entre os cidadãos da época, o Visconde de Pelotas se obriga a voltar ao governo, no objetivo de tentar recompor a ordem. Deste modo em meados de junho de 1891, o ato nº 222 é redigido, modificando o Corpo Policial, criado no início do mesmo ano, onde este passa a ter sua nomenclatura alterada para Brigada Policial.

Em junho, Julio de Castilhos volta ao poder, repassando o mesmo a Vitorino Monteiro, ficando deste modo, reestabelecida a validade da Constituição do Estado de 14 de julho de 1891, retornando a policia ostensiva da época, a se chamar Guarda Cívica.

A última atuação da Guarda Cívica ocorreu em 1892, quando Porto Alegre fora bombardeada pela Canhoeira Marajó, em detrimento da volta dos aliados de Julio de Castilhos ao poder, que juntamente ao exército atuou em defesa da capital, fato este que tornava alarmante o estado de instabilidade em que vivia o Rio Grande do Sul. (RODRIGUES, 2008).

Foi então, em parte impulsionado por este ultimo ataque à sociedade gaúcha, que o presidente interino do Estado, Fernando Abbot, edita o ato nº 357 de 15 de outubro de 1892, onde tornava pública a modificação da Guarda Cívica em uma nova organização, com algumas modificações na estrutura organizacional, passando a ser conhecida como Brigada Militar, desde então (SIMÕES, 2002).

A próxima seção elucidará como foi a evolução desta e como ela se encontra atualmente.

2.2.2 Estrutura da Organização

A primeira investida em organização estrutural da Brigada Militar, ocorreu quando esta ainda era denominada Corpo Policial, em torno de quatro anos após sua criação, onde alguns historiadores atribuem a Revolução Farroupilha a demora em sua estruturação, bem como a baixa remuneração, motivos estes, que facilitavam o desinteresse no alistamento ao

Corpo Policial. A nova disposição organizacional passava a conter um estado-maior (maior e menor), duas companhias de cavalaria e duas de infantaria.

Figura 1 - Organização do Corpo Policial

CORPO POLICIAL		EFETIVO
I Comando	- Estado Maior (Maior e Menor)... 1 Tenente-Coronel: Comandante 1 Major, 1 Alferes Ajudante, 1 Alferes Secretário, 1 Alferes Quartel Mestre e 1 Cirurgião-Mor 1 Sargento Ajudante e 1 Sargento vago Mestre	9
II Frações	- 2 Companhias de Cavalaria (1ª e 2ª).... 2 Capitães Comandantes 2 Tenentes e dois Alferes 2 Primeiro Sargentos, 4 Segundo ditos, 2 Furriéis (3º Sgt), 12 Cabos, 98 Soldados e 4 Claris	128
	- 2 Companhias de Infantaria (3ª e 4ª)..... 2 Capitães Comandantes 2 Tenentes, 2 Alferes, 2 Primeiro-Sargento, 4 Se- gundo ditos, 2 Furriéis, 16 cabos, 192 Soldados e 4 Corneteiros	226
Soma.....		363

Fonte: Simões, 2002, p. 41

Após a queda da Força Policial para dar origem à Guarda Cívica, são realizadas novas mudanças estruturais, onde o decreto de número 07 mantém o Estado Maior e Menor, criando ainda quatro seções, onde seu organizador, como já aqui aludido, foi o Major de Exército, Tomaz Tompson Flores, já que objetivando que inspirassem mais respeito e disciplina, a Guarda Cívica tinha caráter militar e seu comandante geral teria a atribuição de fiscalizar a disciplina assim como todo o serviço administrativo.

Figura 2 - Organização da Guarda Cívica

GUARDA CÍVICA	
Estado Maior e Menor	
- Comandante-Geral (Oficial Superior)	1
- Sub-Comandante (Capitão)	1
- Secretário (Alferes)	1
- Quartel Mestre (Alferes)	1
- Ajudante (Alferes)	1
- Sub-ajudante	1
- Sub-quartel-mestre	1
- Clarim-mór	1
4 Seções (cada uma)	
- Comandante (Capitão)	1
- 1º s Adjuntos (Tenentes)	2
- 2º s Adjuntos (Alferes)	4
- Sub-oficiais	12
- Cabos	16
- Soldados	225
- Clarim ou Corneta	1
- SOMA	1.052

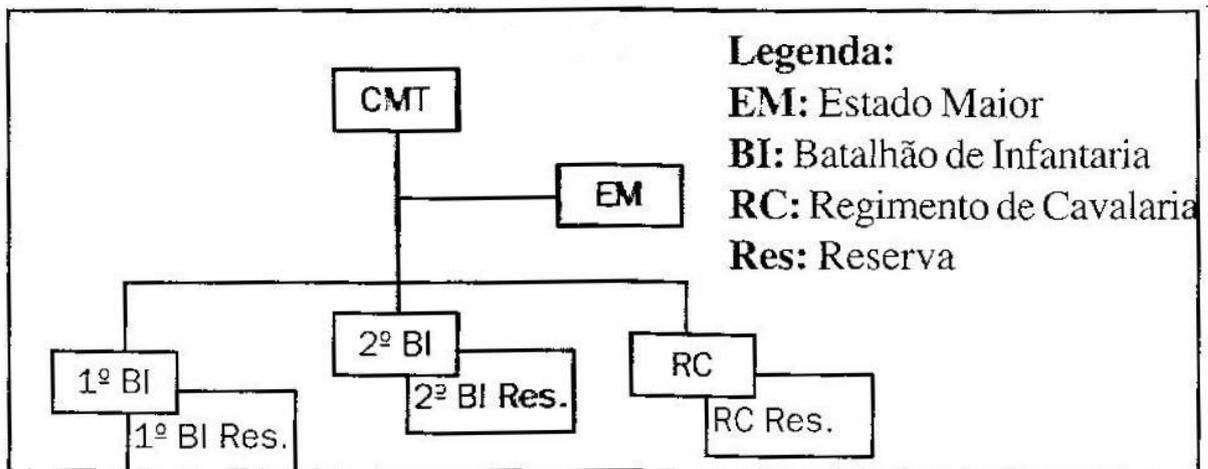
Fonte: Simões, 2002, p.56

No ano de 1892, quando a Guarda Cívica é extinta e começa a chamar-se Corpo Policial do Estado, caía também o regulamento de 28 de julho de 1888, que até então normatizava a instituição, novas mudanças ocorrem. O Corpo fica estruturado em um Estado Maior e Menor, um batalhão de infantaria com quatro companhias e um regimento de cavalaria, com quatro esquadrões, totalizando um efetivo de 812 homens.

Já como Brigada Militar, sua primeira estrutura organizacional talhou-se nos moldes de Exército Nacional, visto que as preocupações da época obrigavam que assim o fosse, devido ainda a instabilidade política e cívica, no que diz respeito aos conflitos armados que perduravam. Deste modo, vários oficiais do mesmo, ficaram em situação de disponibilidade com o governo do Estado, para comandar a organização se fosse necessário.

Destacando que ao transcorrer de seus primeiros anos, a corporação não pôde executar sua principal missão de policiamento, embora a mesma já fosse de conhecimento desta, ficando delimitadas as atividades de escoltas e diligências. Estando à cargo informalmente, das polícias administrativas, providas e organizadas pelos municípios, de acordo com a Constituição de 1891 (SIMÕES, 2002).

Figura 3 - Primeira organização da Brigada Militar



Fonte: Simões, 2002, p. 60

Após ultrapassadas as barreiras dos conflitos internos que assolavam o Brasil e o Rio Grande do Sul, solidifica-se a república no território Brasileiro. O Estado do Rio Grande do Sul, beneficiando-se de certa liberdade proporcionada pela Constituição Federal de 1891, volta a crescer economicamente voltando a ser conhecido como “celeiro do Brasil”. Episódio este que auxiliou enormemente a Brigada Militar, favorecendo o investimento em ensino e instrução, progresso da assistência social e a criação de unidades e suas principais divisões, sendo estas de alta importância estratégica.

Conforme visto até então, estas foram as primeiras formações organizacionais da Brigada Militar, a seguir, veremos as duas últimas estruturas da referida organização, entre elas a estrutura vigente.

Até o ano de 1997 a estrutura organizacional que vigorava, estava normatizada conforme a lei nº 7.556/81 promulgada pelo então governador do Estado Augusto Amaral de Souza, que estruturava a organização em órgãos de Direção, de Apoio e de Execução.

Relativo ao órgão de direção então, tem-se como responsável pela Direção Geral: o Comandante-Geral responsável Superior pelo Comando e pela Administração da Corporação, a ser nomeado pelo Governador do Estado; O Estado-Maior, como órgão de Direção-Geral, atribuído perante o Comandante-Geral, de estudar, planejar, coordenar, fiscalizar e controlar, todas as atividades da Corporação, assessorando o Comandante Geral nas atividades mais complexas, ficando ainda subdivido em chefia, seis seções e assessoria jurídica; As Diretorias, como órgãos de Direção Setorial, organizados sob a forma de sistemas, para as atividades de Ensino, de Pessoal, de Saúde, de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria e de Logística, sendo relacionadas em Diretoria de Pessoal (DP); Diretoria de Ensino (DE); Diretoria de Finanças (DF); Diretoria de Apoio Logístico (DAL); Diretoria de Saúde (DS); A Ajudância-Geral, como órgão que atende as necessidades de material e pessoal do Comando Geral, onde tem a seu cargo as funções administrativas do Comando-Geral, considerado como uma Organização Polical Militar (OPM)¹, bem como certas atividades de pessoal, para a Corporação como um todo; as Comissões; e as Assessorias.

A estes órgãos compete o planejamento em geral, supervisionando a organização na totalidade de seus detalhes, às carências relativas à pessoal e material para posterior repasse ao órgão que efetivamente entrega o mesmo direto ao efetivo, e ao emprego da Corporação para o cumprimento das suas missões; acionando, por meio de diretrizes superiores e ordens, os Órgãos de Apoio e Órgãos de Execução; coordenando, controlando e fiscalizando a atuação desses Órgãos.

Dos órgãos de apoio fazem parte: apoio de Ensino, apoio de Material e apoio de Saúde. Estes atendem as demandas de efetivo e material de toda a corporação, especialmente os órgãos de Execução proporcionando a estes a realização das atividades pertinentes a Brigada Militar, agindo em cumprimento às diretrizes e ordens advindas dos Órgãos de Direção. Os Órgãos de Apoio de Ensino são subordinados à Diretoria de Ensino e destinam-se à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização de Oficiais e Praças. Já os de Apoio de Material subordinam-se à Diretoria de Apoio Logístico e destinam-se ao recebimento, à armazenagem, distribuição de suprimentos, bem como da execução da manutenção de todo o

¹ Organização Polical Militar (OPM), segundo a Constituição do Estado, decreto nº 36.175, artigo 5º é a denominação genérica dada usualmente aos órgãos de direção, apoio e execução da BM.

material. Os Órgãos de Apoio de Saúde subordinam-se à Diretoria de Saúde e destinam-se à execução das atividades de saúde em exclusiva à Corporação.

Pelas áreas de Informática e Finanças, porém, não haviam órgãos de Apoio responsáveis diretamente, desta forma eles estavam organizados em vários centros, onde o fluxo mais intenso de processos localizava-se na parte de logística para que fosse garantido o suporte a todos os OPMs em que atuavam o Centro de Suprimento e Manutenção de Material Bélico (CSMMB), Centro de Suprimento e Material de Intendência (CSMint), Centro de Suprimento de Subsistência (CSSub), Laboratório Químico Farmacêutico (LQF), Companhia de Apoio Logístico (Cia Log), Centro de Suprimento de Material de Obras (CSMO), Centro de Suprimento de Material Motomecanização (CSMM) (LICKS, 2000).

Referente aos Órgãos de Execução pode-se dizer que estes, cumprem a atividade fim da organização, como já anteriormente referido. Fazendo-se cumprir as missões e ordens da Direção Geral, executando-as. Integram este nível institucional os Comandos de Policiamento e de Bombeiros e suas Unidades Operacionais realizando as atividades administrativas e do policiamento ostensivo efetivamente. Estes órgãos são encontrados divididos em dois tipos dentro da BM, os Comandos de Policiamento e suas respectivas unidades e o Comando de Bombeiros e suas respectivas unidades. As unidades operacionais de cada comando de policiamento ostensivo estavam dispostas em dezessete Batalhões de Polícia Militar (BPM), seis Regimentos de Polícia Montada (RPMon), sete Companhias Independentes (Cia Ind), três Esquadrões de Polícia Militar Independente (Esq PMon Ind), um Batalhão de Polícia de choque (BPChq) e um Grupamento militar Aéreo (GPMA).

Os Comandos de Policiamento são divididos em três tipos, o Comando de Policiamento da Capital (CPC) situada em Porto Alegre, também responsável pela Região Metropolitana, dispoendo ainda de Centro de Operações Policiais Militares (COPOM); Comando de Policiamento do Interior (CPI) que tinha como subordinados os seis Comandos de Policiamento de Área (CPA) existentes, o CPI tinha por disposição legal um Centro de Comunicações para o Interior (CCI). Estas tinham subordinadas a si, as Unidades de Polícia Militar situadas em suas áreas de atuação, e um Comando do Corpo de Bombeiros (CCB).

Dentro de cada unidade operacional, cada uma é dividida em setores, chamadas seções, onde se classifica a seção de pessoal (P1), a seção de informações e inteligência (P2),

a seção de instrução e operações (P3) e seção de logística (P4), com subunidade formadas por pelotões e grupos, sendo que as de Bombeiros seguem o mesmo padrão, porém denominam suas seções como B1, B2, B3 e B4, sendo ainda que as Unidades dos Bombeiros (Grupamentos de Combate a Incêndio) eram formadas por Subgrupamento (S Gpt), Seções (Seç) e Subseções (Sseç).

Pode-se notar então, uma alta centralização das decisões mais relevantes aos níveis superiores da hierarquia, bem como o distanciamento entre o líder e os liderados, atribuindo aos níveis intermediários como os Comandantes das Unidades Operacionais, a solução de problemas e a tomada de decisões mais corriqueiras, visando o cumprimento de apenas das políticas organizacionais que vigoravam.

Pela nova formatação de estrutura, normatizada pela lei nº 10.991 de 18 de agosto de 1997, os Órgãos de Direção Geral e de Direção Setorial são reduzidos apenas à Órgãos de Direção, fazendo com que os níveis gerenciais da organização fiquem separados por Nível Institucional, onde são concebidas as medidas estratégicas de planejamento, direção, organização e controle da caserna; o Nível Departamental com viés tático-administrativo visando o suporte e execução de serviços à comunidade, objetivando que se faça cumprir as metas institucionais estabelecidas; e o Nível Operacional, cujos órgãos visam executar as atividades específicas de execução dos serviços à sociedade, pertinentes efetivamente a missão principal da Brigada Militar (LICKS, 2000).

São extintos e criados alguns órgãos na parte de Direção, bem como fundidos, a saber a Comissão de Promoção e Mérito de Oficiais (CPMO) e a Comissão de Promoção e Mérito de Praças (CMPM), sendo substituída pela Comissão de Avaliação e Mérito (CAM), a criação do Gabinete do Comandante Geral, criação da Corregedoria Geral. Ainda na direção houve a mudança na denominação das Diretorias para Departamentos, sendo que a Diretoria de Pessoal (DP) juntou-se a Diretoria de Finanças (DF), passando a ser denominado Departamento Administrativo (DA), passando estes a serem Órgãos de Apoio da BM e não mais de Direção Setorial como na estrutura anterior.

São extintos também os Comandos de Policiamento de Área (CPA), transformados agora em Comandos Regionais de Polícia Ostensiva (CRPO), ficando distribuídos agora em vinte e duas unidades pelo Estado, e não mais seis como anteriormente. Enquanto o Comando do Corpo de Bombeiros com uma unidade respondendo por todo o Estado, fica agora relacionado em nove Comandos Regional de Bombeiros (CRB) distribuídos pelo Estado.

O Comando Regional de Polícia Ostensiva da Fronteira Oeste (CRPO/FO) abrange no total vinte e duas cidades, ficando assim dispostos: o 2º Regimento de Polícia Montada localizado em Santana do Livramento, abarca as cidades de Alegrete, Manoel Viana, Rosário do Sul, São Gabriel, Santa Margarida do Sul e Vila Nova do Sul. Ao 6º Regimento de Polícia Montada com sede na cidade de Bagé, fazem parte as cidades de Aceguá, Hulha Negra Candiota, Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Santana da Boa Vista e Dom Pedrito. No 1º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira com sede em Uruguaiana, estão abarcados também os municípios de Barra do Quaraí e Quaraí. E por fim, o 2º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira com sede na cidade de São Borja, inclui as cidades de Garruchos, Itaqui e Maçambará. Todas as cidades sedes são comandadas pelo CRPO/FO.

No nível operacional, as mudanças que ocorreram foram a exclusão dos armazéns e do mercado, ligados ao Órgão de Subsistência da Corporação, havendo uma redução drástica das unidades relacionadas ao mesmo, diminuindo em mais de 30% seu efetivo.

Vistos os conhecimentos de suporte ao entendimento e ciência de como funciona basicamente esta instituição, passemos agora aos conceitos que se destacam neste trabalho de curso, partindo para a elucidação do tópico referente à inserção das mulheres na Brigada Militar.

2.2.3 Brigada Militar

A Brigada Militar, desde o ano de 1837, é a instituição Sul Rio-Grandense detentora da função de garantir a manutenção da segurança e a ordem pública aos cidadãos gaúchos. Contando atualmente com um numero aproximado de vinte e dois mil trezentos e oitenta e seis (22.386) militares de ambos os sexos, relacionados entre Policiais Militares de Policiamento Ostensivo e Bombeiros Militares, de nível médio e superior, assim como os Policiais Militares Temporários (PMT's), onde apenas homens são admitidos, já que um dos requisitos para concorrer as vagas é o Certificado de Reservista fornecido pelo Exército Brasileiro, ao ter sido dispensado do serviço obrigatório, ou ter cumprido o período do mesmo.

Há também os que formam o Corpo Voluntário de Militares Estaduais Inativos (CVMI), uma modalidade de serviço onde o militar aposentado se assim for de sua vontade, é submetido a uma junta médica composta por médicos da Brigada Militar, e se comprovadamente apto ao serviço pode voltar ao trabalho em funções de apoio e suporte dentro dos quartéis, ou ainda no patrulhamento de escolas organizando o transito durante os horários de pico, mas também por se fazer necessária, já que a presença policial em lugares estratégicos, por si só em alguns casos, age inibindo delitos.

Hoje em dia a única forma de fazer parte do Quadro Policial Militar, que pode ser de Primeira Classe (QPM-1) abrangendo os Militares de Policiamento Ostensivo, ou do Quadro Policial Militar como Segunda Classe (QPM-2) pertinente aos Bombeiros Militares, é através de concurso público composto por quatro etapas.

A primeira é o exame intelectual composto por cinquenta questões, divididas entre dez questões de Língua Portuguesa, dez questões de Matemática, dez questões de Conhecimentos Gerais, incluindo História e Geografia do Rio Grande do Sul, dez questões de Legislação Específica, cinco questões de Direitos Humanos e Cidadania, e por fim cinco questões de Informática.

A segunda etapa se configura na entrega de exame de saúde e inspeção médica a fim de constatar a saúde do futuro policial ou bombeiro militar. A etapa seguinte se trata do exame de capacidade física, composto por corrida, abdominais e flexões, com pequena diferenciação para as candidatas. A quarta e ultima etapa, verifica a saúde psicológica dos

candidatos. Esta etapa se desdobra em mais duas fases, prova psicotécnica com questões objetivas e dissertativas, e entrevista com psicólogo (a).

Além é claro de possuir ílibada conduta pública e privada, incluindo ficha de antecedentes criminais sem qualquer alteração, assim como possuir valores e qualidades indispensáveis ao meio militar tais como disciplina, honra, coragem, presteza, entre outros.

Os níveis hierárquicos Brigada Militar são regulamentados pela lei nº 10.993 de 19 de agosto de 1997, que divide os tipos de níveis hierárquicos em dois, o Círculo de Oficiais e o Círculo de Praças, e extingue os graus hierárquicos de Subtenente, 3º Sargento e Cabo, sendo Posto o grau hierárquico do Oficial, e Graduação o grau hierárquico dos Praças. Os Postos de nível superior são os abrangidos por Coronel, Tenente-Coronel, e Major, sendo estes classificados como Oficiais Superiores; logo em seguida vem o Posto de Capitão classificado como Oficial Intermediário; como militares de nível médio ficam relacionados Primeiro Tenente como Oficial Subalterno; Primeiro e Segundo Sargentos; e por fim os Soldados.

Cabe ainda especificar que os Praças Oficiais são aqueles em formação para o ingresso na carreira de nível superior, chamado Aluno- Oficial; e os Praças que estão em formação para o ingresso na carreira de nível médio são chamados Aluno-Soldado, como é ilustrado a seguir.

Figura 5 - Círculos hierárquicos da Brigada Militar

CARREIRA	CÍRCULO	POSTOS E GRADUAÇÕES
dos Servidores militares de nível superior	de Oficiais Superiores	Coronel Tenente-Coronel Major
	de Oficiais Intermediários	Capitão
dos Servidores militares de nível médio	de Oficiais Subalternos	Primeiro Tenente
	de Sargentos	1º Sargento 2º Sargento
	de Soldados	Soldado

Praças Especiais	Em formação, para ingresso na carreira de nível superior	Têm acesso ao Círculo de Oficiais Subalternos	Aluno - Oficial
Praças	Em formação, para ingresso na carreira de nível médio	Têm acesso ao Círculo de Sargentos	Aluno do Curso Técnico em Segurança Pública
		Têm acesso ao Círculo de Soldados	Aluno do Curso de Formação de Soldados

Fonte: Constituição Estadual, lei nº 10.990, artigo 14.

2.2.4 Inserção das Mulheres na Brigada Militar

A formalização das mulheres na Brigada Militar se deu a partir da Lei nº 7.977, de 8 de janeiro de 1985, que criava a Companhia de Polícia Militar Feminina como um OPM à parte fixando, postos e graduações para atuação exclusiva no mesmo, sendo este subordinado ao Comando da Capital, especificando requisitos básicos para o ingresso voluntário à caserna. Merecendo observação pertinente o parágrafo 3º desta lei, que definia às Policiais Militares Femininas, o posto máximo de Capitão.

Atualmente as mulheres podem ascender a todos os postos existentes na Brigada Militar, somando em 2012, oito no total o número de Oficiais Superiores Femininas, uma delas no ano citado comandava uma unidade da Corporação em Porto Alegre ocupando o posto de Tenente-Coronel.

Esta alteração na forma como estavam dispostas as mulheres nos postos e graduações ocupados dentro da Corporação, se deu por meio da Lei n.º 7.977, de 08 de

janeiro de 1985, que através de seu artigo 5º estabelecia a igualdade na ascensão da carreira, possibilitando as mulheres, garantia de avançar até o posto de coronel.

Somente no ano de 1997, com uma profunda modificação na estruturação da Brigada Militar, através de inúmeras alterações na legislação competente, é que houve mais avanços quanto a igualdade de gêneros. A Lei Complementar n.º 10.992/97 em seu artigo 6º, extinguiu o Quadro Especial de Polícia Militar Feminina (QEPMFem), bem como o Quadro Especial de Oficiais de Polícia Militar Feminina (QEOPMFem) e seu posto máximo de capitão, unificando-os por meio do quadro organizativo único, já vigente na Corporação, que divide todo o efetivo somente no que diz respeito aos postos e graduações.

A pioneira na admissão de mulheres foi a Polícia Militar de São Paulo quando esta ainda detinha a denominação de Guarda Cívica em 1954, foi extinta em 1970 tornando-se efetivamente a Polícia Militar de São Paulo. Na sequência foi a vez da Polícia Militar do Estado do Paraná abrir seus quadros para as mulheres, em 1977. Já nas Forças Armadas, este fato começou a ocorrer apenas na década de 80 na Marinha do Brasil (SANTOS, 2009).

Entretanto, a inserção das mulheres às estruturas tipicamente masculinas, não foram aceitas tão prontamente com naturalidade, conforme nos esclarece Calazans (2003):

O trabalho policial tem sido visto, necessariamente, como uma ocupação masculina. Contudo a evolução do papel do policial na sociedade e o movimento em direção à abertura de ocupações secularmente masculinas, para as mulheres trouxe à tona a discussão da presença de mulheres no ofício de polícia (CALAZANS, 2003, p. 37).

Presença esta que segundo pesquisa (CALAZANS *apud* BENGOCHEA *et al.*, 1992) aplicada juntamente a uma amostra da população, sua maioria afirma que a admissão de mulheres na BM, contribuiu para uma modificação na imagem da instituição, melhorando as práticas policiais. Fato este que a comunidade atribuiu às características inerentes as mulheres, como maior respeito para com o outro, tranquilidade e bom atendimento ao público, creditado principalmente à paciência feminina, servindo a presença destas policiais, para talvez preencher uma lacuna, apenas com o simples uso de suas habilidades naturais, atuando na resolução de conflitos e no abrandamento da imagem truculenta e fria atribuída geralmente à polícia, trazendo sutileza ao trabalho ostensivo policial, sem deixar de ser eficiente aos olhos da sociedade. Uma vez que inicialmente a inserção das mulheres em

policias se deu justamente para atuação em questões e ocorrências que abrangiam pouco risco, que na época eram julgados mais condizentes com o sexo feminino, como o policiamento ostensivo em escolas, rodoviárias, eventos culturais e festivos envolvendo violência contra mulheres e menores de idade.

Atualmente as operações policiais, independente do risco em que podem ser classificadas, são atendidas tanto por homens como por mulheres. Porém, é percebido que existe um consenso entre policiais de ambos os sexos, que as policia femininas lidam com mais facilidade em ocorrências, que incluem mulheres vítimas de violência, assim como as que cercam menores de idade.

Considerando os policiais masculinos relatarem certa dificuldade em como proceder, fato este que pode estar ligado a ausência de subsídios quanto a questões de gênero, na finalidade de padronizar o atendimento a vitimas deste tipo, e por parte das mulheres esta facilidade, pode talvez estar atribuída ao fato do sentimento materno inerente a maioria das mulheres, assim como a empatia, característica frequentemente notada em pessoas do sexo feminino (CALAZANS, 2005).

Como já esclarecido anteriormente, são muito escassos os trabalhos a cerca da inserção das mulheres na Brigada Militar e como se dá o processo de transformação desta mulher em mulher militar, portanto aqui são analisados e levados em conta também, algumas obras a cerca das mulheres nas Forças Armadas do Brasil, já que se torna válido ainda, por ter sido a Brigada Militar estruturada nos mesmos moldes destas outras forças militares.

Segundo Bastos (2009) a formação desta identidade se dá a partir do curso de formação, já na adaptação em relação ao ambiente e distancia dos familiares, para dedicação ao curso de formação que ocorre em regime de internato com folgas periódicas, como os fatores que começam a moldar esta profissional.

Durante a formação do militar nas Academias, estes são fomentados desde o primeiro momento desta nova etapa, a constituir o que na caserna é chamado de espírito de corpo, que se configura em um sentimento de solidariedade e companheirismo que se torna intrínseco a este militar, não só como auxilio a este período de adaptação, como até mesmo após sua inativação, onde também é muito valorizado por dar suporte e ajudar a ultrapassar os momentos iniciais, caracterizados por maior dificuldade (ADÃO, 2007).

Emília Takahashi (2002) por sua vez nos traz em sua obra, que as consequências desta percepção de que mulheres e homens são portadores de características diferentes e de

que mulheres são seres frágeis e que carecem da proteção dos homens, influi sobremaneira o processo de admissão das mulheres nas Forças Armadas do Brasil.

A autora, ainda conclui que as cadetes da Academia da Força Aérea, embora tivessem sentido o peso do pioneirismo feminino em suas costas na referida academia, estas se sobrepuseram à difícil provação de comprovar aos outros cadetes de que não estavam ali para serem protegidas ou obter apenas estabilidade, visto que se superaram buscando mostrar suas vocações militares, obtendo ao final do curso de formação, a certeza de que todos, em ambos os sexos, possuíam identidade militar.

Somando-se a estas autoras, o que nos mostra Calazans (2003) é que a formação da identidade das Polícias Femininas do Rio Grande do Sul, se dá através de uma memória corporal, inerente também aos outros policiais, advinda de treinamentos de Jornada de Instrução Militar, onde essa identidade é impressa ao corpo do (a) policial através das técnicas de sobrevivência, vividas durante essas instruções, onde por mais que, no momento da vivência, tragam raiva e desconforto, entre outras múltiplas emoções, é o que molda esta relação da policial com as atividades de combate, e o uso da raiva como motivação nos casos destas situações simuladas para combate, como em um ritual de transição, fazendo da mulher civil, uma militar.

Portanto a construção da relação das mulheres com forças policiais, bem como as características que culturalmente são atribuídas as mulheres, nada tem haver com a identidade militar talhada na caserna, dado que, as mulheres que se se identificam com este meio, possuem entre seus atributos naturais, algumas características preponderantemente masculinas que se sobrepõem as outras que, todavia culturalmente, foram classificadas como sendo masculinas, embora coragem, destemor, honra, e disciplina, sejam totalmente pertinentes a ambos os sexos. Porém isto não as torna masculinizadas, mas contribuem para que sejam melhor aceitas neste ambiente masculino, já que mostra adaptabilidade ao mesmo, bem como a flexibilização da militar a este meio que requisita de seus participantes estas aptidões (BASTOS, 2009).

A seguir, será explanada a metodologia que estrutura esta pesquisa.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Este capítulo contém os moldes no qual a pesquisa está redigida, no sentido de que as informações obtidas, fiquem organizadas da melhor forma possível, no intuito de apresentar de forma clara os resultados que esta nos proporcionou, tanto na visão autoral, como aos leitores que se valerão desta obra no aprofundamento do conhecimento a cerca das relações de gênero, bem como de mulheres que fazem parte de instituições militares.

3.2 Tipo de pesquisa

O método que estrutura este trabalho tem abordagem qualitativa e pesquisa do tipo exploratória.

Quanto ao tipo de pesquisa assim classificada, Lakatos e Marconi (p.188, 2003) esclarecem que “são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas”.

Por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo, que possui o objetivo de aprofundar melhor as questões que dizem respeito às mulheres que fazem parte de organizações militares, mais precisamente neste caso, o Comando Regional de Polícia Ostensiva da Fronteira Oeste, se faz necessária a escolha do mesmo, por ser um assunto com pouca bibliografia relacionada, colaborando desta forma para o enriquecimento de fontes associados ao tema, dando uma visão mais generalizada acerca deste espaço organizacional ocupado recentemente pelas mulheres.

Embora sejam encontrados alguns estudos que abordem mulheres em Policias Militares pelo Brasil, são poucos os achados acerca da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, por este motivo, a melhor classificação para o tipo desta pesquisa, nos remete às características da pesquisa exploratória.

3.3 Método escolhido

O método de pesquisa eleito é o da pesquisa qualitativa. Onde Neves (1996) explica, que a pesquisa qualitativa foca geralmente, seu desenvolvimento ao longo de um

plano previamente estabelecido, enquanto a pesquisa quantitativa busca segui-lo com rigor, além de não objetivar enumerar ou medir fenômenos, pois a pesquisa qualitativa visa uma percepção ampla e diferenciada, diferente da quantitativa que possui caráter estatístico.

No entendimento de Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa qualitativa tem por objetivo observar e esclarecer aspectos humanos ainda nebulosos, que quando analisados e trazido à tona, revelam a complexidade da conduta humana, proporcionando ao pesquisador, um diagnóstico mais minucioso de costumes, ações e pretensões a cerca do grupo social a que se está analisando.

Como cita novamente Neves (1996, p.01) “Dela (pesquisa qualitativa) faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo”. Desse modo, o pesquisador procura entender o evento estudado, contando com a visão dos membros da amostra, e partindo daí, posiciona sua interpretação do fenômeno.

Portanto, de acordo com o conceito de Gil (2003) a entrevista se faz necessária também por ser um instrumento extremamente útil no levantamento de informações com o menor nível de alteração possível, visto que ele é coletado direto da fonte, ou seja, neste caso, das pessoas, ou grupo social, que possuem a vivência, ou as características a que se está buscando averiguar mais a fundo.

3.4 Técnica de coleta de dados

Os dados foram coletados através de entrevista focalizada (apêndice A e B), compostas por 10 perguntas abertas, etapa esta totalmente qualitativa. Segundo a entrevista escolhida para moldar a técnica de coleta de dados deste trabalho, Gil (2008) esclarece:

Este tipo de entrevista é bastante empregado em situações experimentais, com o objetivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas. Também é bastante utilizada com grupos de pessoas que passaram por uma experiência específica, como assistir a um filme, presenciar um acidente etc. Nestes casos, o entrevistador confere ao entrevistado ampla liberdade para expressar-se sobre o assunto (GIL, 2008, p. 112).

Visando deste modo, que o foco não se desvie das mulheres policiais, para que assim se possa extrair informações com maior autenticidade. As questões foram construídas

através da bibliografia analisada nesta pesquisa. A entrevista foi parcialmente adaptada para a realidade dos entrevistados, observando sempre os conceitos apresentados no referencial teórico, buscando desta forma averiguar da forma mais verídica possível a percepção dos entrevistados em relação as modificações que a inserção das mulheres trouxe, bem como seu desempenho no meio de atuação.

3.3.1 Grupo de Respondentes

A população pesquisada corresponde a uma parte do efetivo do Comando Regional de Policiamento Ostensivo Fronteira Oeste (CRPO/FO) totalizando seis (06) respondentes, se tratando de três respondentes do sexo masculino, todos sargentos, sendo que dois reincorporaram através do Corpo Voluntário de Militares Inativos (CVMI), são eles os entrevistados 01 do curso de formação transcorrido no ano de 1980 e entrevistado 02 do curso de formação do ano de 1984, o entrevistado 03 é sargento incluído no ano de 1991, e atua na sessão do P4 que trata da parte de gestão do patrimônio da Instituição (viaturas, fardas, armas, munições e materiais de expediente).

As respondentes do sexo feminino são três, entre os postos/graduações, Tenente, Sargento e Soldado. Sendo uma representante de cada posto/graduação, duas delas formadas e incluídas ao quadro da Brigada Militar na primeira turma de mulheres constituída nesta cidade no ano de 1993, sendo que apenas a soldado fora incluída a partir de uma turma mais recente, no ano de 2009. Todas trabalham atualmente na parte administrativa, embora já tenham passado por experiências de policiamento ostensivo, em que trabalharam em tempo integral sob este tipo de atividade, hoje em dia estão sendo empregadas eventualmente no policiamento ostensivo, apenas de acordo com as demandas internas da Instituição.

A amostra contida neste estudo foi gerada por conveniência visto que o tempo que os militares dispunham para participar do mesmo era limitado, devido ao volume de trabalho a ser desempenhado no cumprimento de suas funções.

3.3.1 Forma de coleta dos dados

As entrevistas foram feitas pessoalmente, de acordo com a disponibilidade dos

respondentes. A entrevista é classificada como sendo do tipo focalizada, já que o ideal é que não se desvie o discurso do tema, objetivando assim, que os respondentes relatem suas experiências e opiniões de forma livre e informal. Porém com a única restrição de manter-se dentro do tema. Foram gravados os áudios das entrevistas, e posteriormente transcritas as partes, para fins de análise.

3.5 Técnica de análise dos dados (MUDAAR)

A técnica de análise dos dados foi feita a partir da técnica da interpretação, proposto por Lakatos e Marconi (2003), para pesquisas qualitativas.

Quanto à conceituação desta, Lakatos e Marconi (p.168, 2003), redige que esta técnica “É a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos. Em geral, a interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema”.

Visto que a coleta de dados se trata de um instrumento qualitativo, onde a técnica de da interpretação auxiliou a cruzar as teorias apresentadas no referencial, com os dados colhidos a partir das entrevistas, os depoimentos foram confrontados com os conceitos através das teorias apresentadas, que geraram informações e bagagem para que fosse possível a análise qualitativa, juntamente à análise interpretativa dos dados que se faziam necessários, com vistas à conclusão dos objetivos deste trabalho.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo estão dispostas a interpretação e análise das respostas dos seis entrevistados para esta pesquisa, de forma que cada subseção se trata de uma categoria originada do reagrupamento das respostas fornecidas pelos entrevistados com base na interpretação de suas respostas, respaldadas à bibliografia estudada e ao método qualitativo de pesquisa.

Esta análise está dividida em três tópicos, onde o primeiro tópico chamado Tratamento, tenta fazer um comparativo da percepção dos entrevistados, entre o antes e o depois da inserção das mulheres neste quesito, com base em sua percepção e experiências. O segundo tópico trata da Constituição da Identidade da Mulher Policial, buscando considerar

quais os fatores que a “moldam” enquanto profissional feminina de segurança, relacionada diretamente ao policiamento ostensivo. O último item aborda as Características Femininas *versus* Ofício Policial-Militar, buscando a reflexão de como as policiais associam suas aptidões femininas às atividades dentro do quartel e no trabalho operacional.

4.1 Tratamento

Quando perguntados sobre o tratamento antes das militares femininas incluírem, os militares foram praticamente unânimes em afirmar que o tratamento era diferente, porém pela análise dos depoimentos, não em função da ausência das mulheres no efetivo, mas pela época em que incluíram, onde o comportamento característico da cultura militar era cobrado em um nível de maior rigor, que ficará mais claramente explicitado nos itens seguintes.

A fala do entrevistado 03, exemplifica a descrição do tratamento dado aos militares antes da inserção feminina:

“Olha, naquela época assim ó, eu posso te dizer que a parte de militarismo era um pouco mais cobrada (...) era bem mais cobrado assim, era bem mais intenso o regulamento, não que hoje não seja, mas naquela época as coisas eram um pouco mais... era com bastante rigor por parte da hierarquia”.

O entrevistado 02 ressalta a “humanização” do tratamento dado à tropa, após a inserção feminina:

“Olha, eu acho que assim ó, depois que foi implantado o policiamento feminino, eu acho que a parte humana ela veio melhorando ao passar do tempo, né... não sei se é por talvez, por que achasse que a policial feminina fosse ser mais sensível, mais delicada, assim ó, mas em certo aspecto ela melhorou assim, a parte humana melhorou bastante, o tratamento né.”

Pela perspectiva feminina, as respostas das PM’s mais antigas divergiram em parte, porém ambas sentiram certa diferenciação no tratamento, a entrevistada 04 relata:

“Sim, sim. Aí depois do curso quando a gente começou a trabalhar na rua neh... trabalhar no policiamento a gente sentia que, muitos colegas apoiavam, achavam legal, tudo e... gostavam neh... procuravam ensinar a gente, e tinha outros que eram resistentes neh, e são alguns, creio até hoje, mas naquela época era bem pior, o pessoal era... tinha alguns que não gostavam... que ironizavam, achavam que a gente não ia conseguir desenvolver um bom trabalho por ser mulher”.

Por sua vez a entrevistada 05 sentiu diferenciação mais por parte da sociedade Santanense do que pelos colegas de farda, como cita no que segue:

Não, ãhn... dentro do quartel não por que o serviço era homens e mulheres tratados iguais no mesmo trabalho, então foi todo mundo trabalhar no policiamento na rua, atendia as escolas, as crianças, e trabalha com palestra, fazia o policiamento normal... a maioria era de a pé, no centro ou nos bairros, tudo que é tipo de ocorrência... não tinha distinção por que era mulher, a gente atendia tudo que era tipo de ocorrência e em todas até faziam questão de nos levar... e a única diferenciação que eu acho assim... era da população... que no inicio a população começou... a sociedade de Livramento a achar estranho mulheres... na rua, então as pessoas nos paravam na rua pra falar e perguntar: -Ah! Mulher Brigadiana?? Que diferente! Como fazem... Como não fazem? Foi então... era mais curiosidade da população do que do próprio quartel.

Já a PM com inclusão mais recente (entrevistada 06), percebe alguma diferenciação no tratamento, porém considera menos acentuada do que antigamente, comparado a primeira turma feminina, como supõem em seu depoimento, quando questionada sobre a ocorrência de alguma diferenciação após o curso de formação, durante o serviço efetivo:

De algumas pessoas... por que eu sei que antes era bem diferente neh, por exemplo pelas gurias (1ª turma) que incluíram lá neh... há vinte anos atrás era bem mais difícil neh... hoje tem algumas pessoas que ainda tem essa mentalidade então... te colocam numa função que, ah por tu ser mulher acho que tu tem menos força, que não serve pra rua, pra alguma coisa entendeu... mas bem menos do que acredito que era antes.

Quando o questionamento circundou a ocorrência de diferenciação no tratamento envolvendo as relações interpessoais associados à profissão, nenhum dos militares masculinos praticou ou observou qualquer comportamento diferenciado às servidoras em sociedade. Pela ótica das próprias militares, todas responderam que sentem certa diferenciação, nem sempre negativa, mas acreditam sim, que o ofício de policial remete à sociedade um tratamento distinto à estas mulheres.

A entrevistada 04 relatou o seguinte:

Acontece... hoje em dia não é tão comum, mas acontece né... por que tem pessoas que gostam, que acham legal, que acham bacana, assim como tem as que não gostam ou que tem mania de... rotular neh... por que quando a gente entrou, gurias novas, solteiras, que na época que eu entrei a gente não podia nem ser casada, hoje em dia neh... tanto homens, quanto mulheres podem, naquela época nem homens

nem mulheres, teriam que ser solteiros... era um pré requisito neh, então tem gente que discrimina, que acha que policial, ah... não é uma mulher respeitável.

Já a entrevistada número 05 descreveu um tratamento sim diferente, porém não o considerou diferenciado visto que nota ser um tratamento mais agradável do que em outras profissões consideradas, ou admitidas mais comuns para as mulheres. Como pode ser visto em seguida:

Não, pelo contrário... é... agora neh... que o tempo passou tudo, a maioria das minhas amigas e na sociedade, os eventos, coisas que eu vou sou bem tratada e por ser policial todo mundo mexe até comigo e gosta: -Ah... ela é policial militar, já tem tantos anos de Brigada, já ta na Brigada faz tempo... é policia... nossa amiga policia... Então sou muito bem tratada e falam muito bem da Brigada e por ser policial o tratamento é muito bom na sociedade, bem... é não tem problema nenhum assim... bem recompensado.

Percebe-se no relato obtido que a entrevistada associou diferenciação como um tipo de tratamento negativo ou pejorativo, visto que mesmo percebendo que é mais bem tratada por ser policial, não interpretou isto como “diferenciação”.

Portanto mesmo os militares masculinos aqui entrevistados não praticado ou presenciado, qualquer tipo de tratamento diferenciado para com as policiais femininas, as entrevistadas notaram ligeira distinção no tratamento, tanto dentro do quartel, como em sociedade. Sendo que apenas uma delas relatou ter sentido mais estranheza por parte da sociedade do que pelos colegas de farda, podendo ser constatado assim, que ainda há, mesmo que em menor proporção atualmente, algum estranhamento a cerca das mulheres dentro da Força gerado e ainda alimentado pela inserção tardia dessas mulheres em instituições militares.

4.2 Construção da identidade da Mulher Policial

A construção da identidade da mulher Policial foi percebida, quando perguntado se a inclusão às fileiras da Brigada Militar, produziu alguma eventual modificação em suas personalidades como mães, esposas e mesmo como mulher; o contexto em que escolheram a profissão também pode ser vista como um fator de influencia no processo de transformação profissional.

Já a busca por ascensão na carreira entrou na pauta da conversa, com o objetivo de contrapor a identificação com a profissão e a Instituição, e sua estreita ligação com a

identidade policial militar, aliado ao desejo por galgar cargos mais altos, em contrapartida a todas as outras atribuições adquiridas pelas mesmas fora do âmbito profissional.

Por fim as militares refletiram sobre suas identidades, propriamente ditas, tentando classificar como a mulher e a policial atualmente coexistem em um mesmo indivíduo, se por acaso existe uma mais forte que a outra, ou se elas se sobrepõem.

Segue as respostas das entrevistadas, quando indagadas com referência a alguma eventual modificação em suas personalidades como mães, esposas e mesmo como mulher, depois da inclusão na Caserna. A entrevistada 04 assim relata:

Eu acho que a personalidade, não assim... a pessoa que eu sou eu sempre fui, mas a gente muda algumas características neh... por que a gente passa a ver a vida de outra maneira, até por que a gente lida... hoje em dia eu tô no administrativo, mas já trabalhei bastante na rua, então a gente trata com situações de violência então... isso deixa a gente um pouco mais dura, mais resistente, mas não que a gente... não que a gente perca sensibilidade, acho que a mulher trouxe muita sensibilidade pra dentro da Brigada, muita humanidade.

A entrevistada 05 comenta referente a questão:

Ahn, é... Assim quando eu entrei na Brigada eu era muito imatura, não irresponsável... mas era imatura, não sabia muita coisa, eu aprendi muito e cresci foi na Brigada Militar, aqui dentro quando a gente entra novinha neh... eu comecei cedo então... aqui dentro que a gente aprende a ter muitas responsabilidades, a ver coisas que tu não vê, é... trabalhar com a população tu vê nos bairros coisas horríveis, famílias... problema com criança, ocorrência mesmo que te emociona, que não tem como... por que tu é mulher tu vai te emocionar... é vai mexer contigo, tu vai pra casa pensando naquilo neh... muitas coisas tu tem vontade de interferir e tu não pode interferir, por que se acontece alguma coisa com uma criança, um pai é... em alguma ocorrência que já me aconteceu de um pai tá maltratando umas crianças que eu fui, tu tem vontade de se botar naqueles pais ali, pra defender aquelas crianças e tu não pode, por que tu é policial tu tem que saber como tu vai agir, a ocorrência... tu não pode emocionalmente interferir naquele... deixar o teu emocional prejudicar, tu tem que tá neutro mas, o teu emocional abala bastante e eu amadureci bastante mesmo foi com o trabalho, com o passar do anos amadureci muito, que me serviu muito pra ir pra rua, pra conviver na sociedade, pra conviver com a população, com as pessoas que são bem diferentes aprendi muito, e em casa mesmo... a responsabilidade de família, de como educar um filho, de tratar... aprendi foi na profissão mesmo... tu amadurece na profissão.

Complementa, por sua vez a entrevistada 06, trazendo a seguinte resposta:

Eu acho que as vezes com as situações que tu te depara, tudo assim, muda neh... o jeito de tu agir na tua vida assim, mas, mas sempre de uma maneira positiva sabe... mais forte pra enfrentar as situações, eu acho que mudou mas pra melhor.

É perceptível, a partir de suas respostas para a questão em xeque, que as entrevistadas, à medida que atuam no policiamento ostensivo, vão adquirindo bagagem profissional a partir de suas experiências, que as conduz a reagir com mais frieza e controle, seguindo os procedimentos ensinados no curso de formação, porém ressaltam, ainda assim, que mesmo muitas vezes, não podendo demonstrar, sentem-se como vidas por certas ocasiões onde foram solicitadas para atendimento à ocorrência, principalmente quando envolve crianças e as policiais já são mães, evidenciando que a identidade como policial é constituída concomitantemente à mulher, que acaba amadurecendo juntamente à profissional.

As entrevistadas 04 e 06, quando questionadas sobre a situação na qual optaram ou foram guiadas em direção a profissão de policial militar, estas afirmaram que realmente desejaram a carreira na qual atuam, por verem nela uma vocação. Como pode ser observado respectivamente, no conteúdo que segue:

Ah, foi vocação mesmo. Eu queria! A primeira vez que eu vi uma mulher fardada eu era jovem ainda, e veio um grupo feminino fazer um trabalho aqui, em uma semana festiva assim... e elas tiraram serviço, eram de Rio Grande e eu vi... a primeira vez que eu vi uma fardada eu achei o Maximo né! Então me identifiquei e quis, eu já tinha um irmão na Brigada então... eu quis fazer, quando abriu pra fazer eu fui correndo, uma vaga era minha!

A entrevistada 06 profere o seguinte:

Eu sempre gostei, na verdade cheguei a ir pra Porto Alegre fazer vestibular tava bem assim... não quis ficar eu queria ser da Brigada.

Apenas a entrevistada 05 relatou que foi levada pelas circunstâncias e fez o concurso por acaso, tendo avançado nas etapas eliminatórias e classificatórias do concurso logrando êxito ao incluir na Brigada, onde decidiu que ali permaneceria, como confirmam suas palavras:

Nenhuma das duas (risos).. Eu tinha dezoito anos na época e... foi o primeiro concurso público do Estado que eu fiz e nem esperava passar, fiz por fazer assim... pra "vamos testar como eu estava", é... aí era o primeiro concurso assim, público do Estado, eu disse: -Vamos testar como que é.

Aí fui por impulso assim... fiz por fazer, não esperava ter passado, passei em um dos primeiros lugares... e me saí muito bem, que até eu mesma me surpreendi e me superei por que eu não esperava... e aí já que tinha passado e bem classificada quis ficar pra experimentar e gostei e fiquei...

Quando os militares masculinos foram indagados se acreditavam que a ascensão à carreira militar se tornava mais dificultosa à mulher, dois deles não consideraram uma possível sobrecarga da mulher que dificultasse esse processo, o entrevistado 02 fez a seguinte consideração:

Eu acho que, que não se torna mais difícil pra galgar um cargo a mais com a presença da mulher por que: por que há transparência e igualdade pra todos nós, entendeu... indiferente de sexo, masculino ou feminino então (...) dentro das vinte e quatro horas diárias creio eu que nós temos que distribuir várias tarefas como policial militar, como pai neh... como policial, muitas vezes a pessoa como a mulher, é sobrecarregada por mais tarefas a desempenhar ainda, por que as vezes não é só mãe também neh... ela tem que se tornar amiga da filha, as vezes não se colocar já diretamente como mãe mas, mais como uma amiga, ela tem que as vezes no momento que um filho ou uma filha precisa daquela parte mais calorosa da mãe ter sabedoria para agir, mostrar pro filho que ela é uma amiga, que não é só a mãe dela, e que a filha possa entender e ver a mãe... então a mãe tem que tá se desdobrando como esposa, e daí um pouco ela se farda, tá na hora do seu trabalho ela vem ser policial militar, naquele turno de serviço ali ela tem que atender, que naquele momento ela tá atendendo a comunidade e ela tem que esquecer que, aquela hora do lar é do lar, a hora de ser policial é policial, então a mulher eu acho que ela sabe lidar, e eu admiro uma coisa na mulher, mulher sempre parece que tem uma visão de águia, é... as vezes as gente acha que tá pensando de uma maneira, chega a pessoa ali, a colega, a esposa e a mesma coisa numa casa... vai colocar um homem pra arrumar uma casa... a mulher só chega na maior facilidade ajeita tudo e até cativa a gente, por que é dom da mulher né... ela tem essa delicadeza.

O entrevistado 01 articula emitindo a seguinte opinião, relacionado a dificuldade ou não, ao acesso das mulheres a cargos mais altos:

Não. Depende da capacidade de cada uma. Tanto faz como pro homem ou pra mulher, estudando e tendo capacidade, qualquer um pode galgar qualquer carreira, qualquer posto dentro da Brigada.

O entrevistado 03, partilha da mesma opinião do entrevistado anterior, emitindo o que vem a seguir:

Não, acredito que não. Por que hoje tu tens a mesma facilidade, é questão de estudo só, se tu te preparar... ela vai ter, tanto o masculino como o feminino as mesmas condições.

Ficando claro a partir dos relatos obtidos, que os mesmos, em sua maioria consideram a natureza pública do cargo, condição suficiente para que homens e mulheres cheguem a qualquer graduação desejada.

Já as mulheres consideraram outros fatores, como estudo, ter um companheiro que divida igualmente as tarefas como um todo, e a capacidade de abrir mão do tempo com a família, para se dedicar aos concursos. A entrevistada 04 expõem:

Não. Eu acho que a gente tem que abrir mão de mais coisas. A mulher, a mãe tem que abrir mão de mais coisas, mas aí é uma questão de opção neh... eu abri mão de ficar um ano com o meu filho pra ficar fazendo um curso fora, foi uma opção minha que eu sei que nem todas as mulheres conseguem fazer neh... mas a gente tem que... é a mesma coisa que um pai, só que o pai é diferente neh... mas aí é uma opção, eu não abri mão da minha carreira nem do meu filho, eu tive que abrir mão de ficar um tempo com ele mas, pra ascender na minha carreira, mas é uma opção minha que eu sei que algumas mulheres não fazem, tem mais dificuldade, mas se e a gente tem um bom companheiro, um bom parceiro a gente consegue.

A entrevistada 05 declara o que pensa sobre o assunto:

Não, até hoje meus vinte e dois anos tudo que... passei por várias funções, fiz de tudo, tive em várias sessões, fiz muitos serviços, muitas missões que me passaram e nunca me impediu... sempre saiu tudo bem com responsabilidade, eu acho que a gente tem que ter responsabilidade e força de vontade e dedicação pra fazer as coisas pra sair tudo bem.

A entrevistada 06, que é universitária, relata sua percepção com o seguinte:

Eu acho que sim, por que normalmente quem faz essa parte neh... de dona de casa é mais a mulher, neh... O filho e coisa... que cuida mais, normalmente, não digo em todos os casos neh, mas normalmente é a mulher então, tu acumula sim, te cansa mais, pra tu ter que estudar pra fazer um concurso, pra conseguir ascender, vai bem assim... tem que ter muita força de vontade, eu pra mim é isso, por que estudar de noite neh, tu trabalha, daí tu estuda, e aí tu chega em casa e não é só chegar em casa, tu tem que limpar a casa, tu tem filho, tu tem marido tu tem tudo neh... um pouquinho, dificulta um pouquinho...

Em vista disso, nota-se que de certa forma as mulheres acham que as atividades normalmente acumuladas dificultam em parte a ascensão, em consequência do tempo gasto

com a execução de tarefas relacionadas ao meio familiar, ou de outras atividades secundárias, mas que ainda assim estariam pouco, ou não associadas a meios que propiciassem galgar outros cargos.

Por fim as militares foram convidadas a refletir sobre suas identidades como mulher e como militar, se existe uma mais forte que a outra, ou se eram sobrepostas. As respostas variaram, como será mostrado a seguir.

Entrevistada 04:

Não, acho que soma, soma... Por que a gente é mãe, é mulher é dona de casa, esposa, é filha e é policial também... então a gente tem todas as funções que são muitas e a gente consegue administrar, tudo é uma correria do dia a dia, mas parece que... não que seja uma armadura mas, a hora que a gente bota a farda e sai pra trabalhar é diferente.. a gente se transforma. Agora há pouco que a gente tava com nessas operações na rua ali... então tu bota a farda, o colete, a arma e parece que cria uma coragem neh... não é por causa da farda mas é que a gente passa a... não é um personagem mas, a gente assume aquela pessoa, o policial... e quando chega em casa que tu tirou a farda, tomou um banho, vai brincar com teu filho, vai cozinhar, vai lavar, vai fazer o que todas as mulheres fazem.

A entrevistada 06, expõem o que acredita, ser uma integração de suas personalidades como mulher e profissional da segurança pública:

Eu acho que elas estão bem integradas (risos), já nem sei assim...eu não sou policial aqui e mulher lá fora entendeu... eu sou isso 24 hrs por dia assim, entendeu... eu me sinto polícia 24 horas por dia mas nunca deixei de ser mulher, entendeu... elas tão bem integradas.

Já a entrevistada 05, tem uma perspectiva que destoa um pouco mais da opinião de suas colegas de farda, como pode ser percebido no conteúdo de sua resposta:

Hum, é assim... eu não misturo as coisas. A profissão é uma coisa e mulher lá fora, na sociedade, na família é outra. Então eu jamais levo pra casa o lado policial, tem que saber dividir neh...aqui no trabalho na profissão, tah! É uma coisa no teu trabalho, tu tem que ser a policial, saber fazer tuas coisas, te colocar nos lugares, todos os limites, as tuas coisas, tuas responsabilidades, a disciplina, tudo que tem que ter... e lá fora, eu não levo isso pra fora, lá fora eu sou a [...] que eu não sou policial, normal... a mãe de criança, mãe de família, a que coordena a casa, que tem as funções de casa normal, é que tem os eventos pra ir que vou, que sou convidada, tudo mas... nada a ver com... não misturo as coisas, lá fora eu sou a [...] comum, e aqui no quartel eu sou a [...] policial, é bem diferente eu não misturo as coisas.

O que fica evidenciado nas falas das entrevistadas é que suas personalidades como policial, em parte fica submersa à de mulher, esposa ou mãe, visto que o viés multitarefa que a mulher adota atualmente, faz com que ela precise ser mais que apenas uma destas personalidades durante o dia a dia.

Em geral, mesmo sem perceberem, usam muito do “ser mulher” durante suas horas de serviço, nas ocorrências aqui exemplificadas, mas pode-se dizer, que pouco usam da policial dentro de seus lares, o que não pode ser interpretado como uma regra, visto que a amostra aqui analisada não se trata do total das mulheres pertencentes à Força Policial em estudo, muito menos foi feito qualquer estudo psicanalítico aprofundado a cerca dos traços de suas personalidades.

As constatações aqui feitas são fruto apenas da análise de seus depoimentos, sem o intuito de serem retidas como verdades absolutas, mas sim como mais uma pesquisa a somar, e compor as bibliografias relacionadas as mulheres e à Forças Policiais.

4.3 Características Femininas *versus* Ofício Policial-Militar.

No objetivo de tentar verificar a adaptação dos militares masculinos às ingressantes, estes foram questionados com referencia a capacidade das militares de exercer a atividade fim na Corporação assim como, a influência de suas características dentro da mesma, onde os resultados obtidos foram os seguintes, primeiramente, questionando se o entrevistado acreditava que ser mulher, geraria algum empecilho a Militar Feminina de cumprir alguma missão/tarefa como policial; o entrevistado 03, relatou:

Não, acredito que não, até mesmo por que hoje a instrução que é dada, ela é tanto pro masculino e feminino, qualquer um dos dois tem condições de desempenhar a contento qualquer das atividades aí.

O Entrevistado 01 articula da seguinte forma:

Não. As fem's após estarem formadas tão capacitadas para exercer qualquer função dentro da corporação.

Já o entrevistado 02, de uma forma mais prolongada, narrou sua ideia, como segue:

É uma pergunta muito importante isso daqui, que acredito que, de repente tenha alguma coisa que as vezes acredita que se por ser mulher impeça a fem de cumprir alguma missão ou tarefa como policial, com certeza que deve ter alguma situação, que agora no momento tu me pega de surpresa com essa... Mas eu tenho certeza que as vezes tem situações que talvez alguma coisa possa impedir ela como feminina neh... de agir, como também a situação inversa, que as vezes a mulher se torna mais proveitoso no momento da ocorrência, de atender ela como feminina tratando com outra feminina, que o homem, então o ali o homem é praticamente a guarda pela mulher dando segurança pra deixar ela trabalhar, por que ela com uma forma mais... até pelo tato da mulher com a mulher ser outro neh. Com certeza que se tu fosse tratar numa situação com uma feminina, a vítima não vai se sentir tão afrontada também pelo homem, a mulher se sente mais a vontade, por que até mesmo, imagina assim oh: numa situação que as vezes é uma mãe emocionada neh, motivada pela emoção e as vezes uma pessoa motivada pela emoção, aquela ocorrência se torna de maior porte, por quê: por que a pessoa tá motivada pela emoção, e o policial tem que ter discernimento pra dá atendimento e saber lidar com essas situações. E muitas vezes quando se torna do lado feminino como mãe, filha, a policial militar ela talvez seja até mais acessível nesse momento, não que o policial masculino não vá atender, o procedimento policial-militar é um só, mas em termos de sexo masculino ou feminino, seria mais adequado a mulher, com certeza.

Os entrevistados 01 e 03, narram a perspectiva da capacidade feminina apenas como um individuo que, a partir do momento que receber a instrução policial-militar estará apta a cumprir as atividades demandadas pela Instituição, já o entrevistado 02, mesmo considerando também o fator instrução, ainda assim considera também características e qualidades, nem sempre pertencentes a todas as mulheres, mas em geral, a sua maioria, como fator de influencia na capacidade da policial de cumprir de forma satisfatória suas funções.

As características femininas foram conceituadas pelos militares como elemento agregador no cumprimento das atividades de policiamento, como pode ser confirmado segundo suas falas.

O entrevistado 01 afirma:

A delicadeza da mulher só favorece a mulher dentro da corporação, e a mulher como fem traz um fator muito importante pra nós homens que é com relação ao tratamento em ocorrências com mulheres, que as fems são indispensáveis na abordagem de mulheres, de "fems", e que dentro da corporação, pra relações públicas, sempre a mulher tem mais capacidade por se tratar de ser mulher, por ser mais gentil, mais educada.

O entrevistado 02, traz sua opinião através do seguinte:

O que eu presenciei no polost², assim oh, por que a gente muito viajou também e junto do nosso pelotão (POE) que era dividido em quatro grupos, que cada grupo tinha uma policial militar, e geralmente cada grupo depois que veio uma policial militar aquilo ali acrescentou muito por que facilitou muito o nosso trabalho, não só por aqui que eu já citei anteriormente em ocorrência, mas também como as vezes trazer aquela filosofia, aquela maneira, aquele lado feminino pra nós, se tornou uma coisa bem mais, não digo familiar mas, mais entre homem e mulher dentro de um grupo se fazia necessário, por que muitas vezes em grupo que tem só homens, as vezes a gente pega e enfrenta situações que pensa somente em nós homens, da forma que a gente vê, a nossa ótica... aí aquela feminina que faz parte do nosso grupo, ela vê como? Com os olhos femininos, como a mulher, a maneira diferente... aí há um dialogo masculino e feminino que somando, é os dois policiais militar se chega a um contexto que muitas vezes facilita até pra decisões, por que as vezes nós tomamos decisões e nem sempre são as mais certas, nós procuramos e devemos fazer o certo, mas nem sempre a nossa ótica, nós estamos com 100% de certeza, e nós temos uma colega do lado, ela tá vendo com a visão dela, de policial feminino e as vezes na troca de ideias ali se faz o melhor, e quem sai ganhando com isso aí, quem é? É a comunidade, neh... e a pessoa que tá recebendo o serviço. Ah, com certeza que aqui, eu te digo assim oh: que foi uma soma imensa dentro da Corporação e em outros órgãos também o acréscimo da mulher. Por que, a recém acabei de citar um exemplo e se nós for começar a buscar, tem tantos outro exemplos que verdadeiramente a soma da mulher é... eu não sei, nem percebo, nem tenho ideia por que que anteriormente, muito antes das datas já não haveriam descoberto isso aí, ou uma maneira de sei lá, de ter incluído antes, por que tu imagina se são coisas que somam, e que trazem pra nós olha... um benefício imenso neh... e quanta coisa que a mulher já resolveu pra nós no sentido de ocorrência pelo lado de ser feminino, então eu acho que se foi a época que nós pensava assim oh: -eu sou homem, tenho força e é do meu jeito. Não, os tempos são outros, a mulher é... adquiriu seu espaço pelo seus méritos e eu fico torcendo que cada vez seja melhor ainda neh, e que as mulheres tenham mais sucesso e venham soma conosco, nos ajudando também.

O depoimento trazido pelo entrevistado 03, remete sucintamente, ao mesmo discurso ocorrido nos outros, onde a policial militar feminina, é colocada em evidência principalmente em ocorrências envolvendo outras mulheres, assim como menores de idade:

Não, eu acho que atrapalhar não atrapalha, cada modalidade (leia-se, para melhor entendimento: tipo de ocorrência) as vezes tem a sua peculiaridade né, então digamos que pra certa modalidade, eu acho que a policial feminina tem alguma vantagem né, por tentar as vezes até se comunicar, tratar a parte feminina, até em ocorrência tratando com o sexo feminino assim... Isso aí ajuda bastante até, essa parte de sensibilidade, coisa que o policial não é tão preparado pra isso aí.

Fica claro, quando o mesmo exemplifica narrando a seguinte ocorrência:

² Jargão frequentemente utilizado para se referir ao policiamento ostensivo.

(...) Nós já tivemos várias ocorrências, mas assim digamos que, certa ocasião em um supermercado neh na hora da gente chegar no local, por se tratar o infrator de ser do sexo feminino, então já automaticamente ela (a policial feminina) já tomou a situação neh e tomou as medidas que no caso o policial militar masculino já fica... até mesmo uma revista neh, um tratamento mais apropriado neh então eu acho que nessa questão aí elas ajudaram muito, neh isso teve uma boa evolução na Brigada neh.

O entrevistado 01 também relata fato semelhante, durante um total de 34 anos de atuação na Brigada Militar:

(...) ocorrência com entorpecente, e aí tem uma mulher, já o homem não pode revistar a mulher, e policial “fem” ela tá capacitada pra revistar homem e mulher, mas ela pode... A função dela desempenhada melhor é com mulher, ela revista mulher, que no caso o homem não pode fazer, é incapacitado por lei de revistar mulher, e a fem só atribuiu a isso aí, com criança tbm as vzs a fem tem mais capacidade também na abordagem de criança, pra falar... não que o policial militar homem não tenha mas a mulher por ser mulher ela , por ser uma fem ela tem mais aptidão por exemplo, com uma criança as vezes, não é sempre, é as vezes né. E na ocorrência envolvendo mulher civil, a fem é muito mais capacitada por ela poder revistar mulher.

Ao tentar verificar a relação da mulher-militar com suas peculiaridades dentro do meio de trabalho, estas foram questionadas a cerca da abstenção de características femininas com o intuito de melhor se inserir dentro da Organização; Se para elas o fato de ser mulher influencia de alguma forma seu modo de executar o serviço na Força e ainda a propensão ou não, a cumprir certas missões por ser policial feminina; bem como a reflexão sobre suas características naturais como mulheres perante o serviço no policiamento ostensivo.

A entrevistada 04 expressa-se em relação a abstenção de alguma característica feminina:

Não, não. Eu sempre, mesmo quando eu fui uma época do Pelotão de Choque na época, hoje em dia POE³, eu sempre fiz questão de ser bem mulher, de ter cabelo comprido, de andar maquiada, sempre... eu nunca abri mão disso, não.

Onde as duas outras entrevistadas foram unânimes em relatar que fazem questão de manterem-se femininas e bem apresentadas, buscando desse modo afirmarem suas

³ Sigla do Pelotão de Operações Especiais da Brigada Militar.

identidades como mulheres mesmo em um ambiente predominantemente masculino, e com atividade fim associada muitas vezes a brutalidade e rusticidade. Como pode ser visto nas palavras da entrevistada 05:

Não... nunca, pelo menos comigo, que eu me lembre com as gurias, nunca fizeram a gente mudar assim... pra poder ser bem aceita. A gente sempre foi bem aceita, só que claro... o serviço não tinha diferença entre homens e mulheres, o serviço é igual pra todo mundo a mesma coisa mas, nunca se deixou de poder usar um batom... pelo contrário... quanto mais se arrumar melhor, um brinco, um batom, uma maquiagem suave, uma coisa pra diferenciar que era feminina, quanto mais feminina... policial... mas, mais feminina melhor a apresentação neh... mais apresentada pra trabalhar.

A entrevistada 06 contribui colocando:

Eu nunca fiz isso, nunca fiz isso... Até sempre, sempre eu procuro andar bem... não venho sem me pentear os cabelos, sem maquiagem, não! Não de jeito nenhum.

Nota-se, portanto que é primordial para as policiais femininas conquistarem seus espaços como policiais militares, mas acima de tudo sem perder suas características, ficando evidente que buscam não somente espaço como profissionais, mas como profissionais do sexo feminino em um espaço ainda não equivalente em número de integrantes, para homens e mulheres.

Foi solicitado as entrevistadas que comentassem se a circunstância de ser mulher, pode alterar de alguma forma o cumprimento de missões/tarefas dentro da Corporação. A entrevistada 04 responde:

Não. Todas as funções e todas as missões que eu tive eu concluí, e por mais que fosse difícil por que nós não temos a mesma força física que o homem... Que é natural, eu já lembro sempre da minha mentora na época nossa Tenente Suzana que dizia que a gente tinha que superar a força física na técnica, então a gente sempre procura superar na técnica.

A entrevistada 05, explanou o seguinte de acordo com sua ótica:

Não, até hoje meus vinte e dois anos tudo que... passei por várias funções, fiz de tudo, tive em várias sessões, fiz muitos serviços, muitas missões que me passaram e nunca me impediu... sempre saiu tudo bem com responsabilidade, eu acho que a gente tem que ter responsabilidade e força de vontade e dedicação pra fazer as coisas pra sair tudo bem.

Por fim, a cerca desta questão, a entrevistada 06, disserta interessante opinião:

Eu acredito que não, eu acho que vai muito da personalidade, que tem mulher que não serve pra Brigada realmente, entende... tu tem que, eu acho... pra ser brigadiano tem que ter vocação realmente, pra tu não pensar que tu pode te depara com alguma situação que tu não vai resolver, entende... eu acho pra mim não, nunca me deparei com nenhuma situação que eu achasse que não pudesse dar conta.

Pode ser compreendido, que na percepção das entrevistadas o fato de cumprir ou não uma missão ou tarefa, está dissociado à questão de ser mulher, mas associado ao caso de empenhar-se nas atividades diárias, de compensar a força bruta com visão estratégica e superação técnica, mostrando que para “sobreviver” em um meio predominantemente masculino, as mulheres “adaptaram-se” com maestria, utilizando-se de suas qualidades e inclinação para certas situações, onde a Instituição muito ganhou a partir daí, preenchendo um importante espaço que dificultava a inibição de delitos cometidos por mulheres, crianças e adolescentes.

Sobre o pensamento das militares com relação as suas características e o policiamento nas ruas, a entrevistada 04 enfatiza, exemplificando na seqüência, experiências que ela acredita, que suas distinções como mulher tenham se manifestado também enquanto policial:

Ajudam, ajudam por que, eu vou te dizer... traz mais humanidade pro nosso serviço, e isso, até alguns colegas masculinos, mais antigos neh.. que já tavam na Brigada quando a gente incluiu eles dizem isso, que a Brigada mudou depois que as mulheres entraram neh... que era tudo muito mais rígido, mais ríspido neh... até a forma própria dos homens de tratar... falar palavrão e de ser algumas vezes, grosseiro, mal educado neh... mudou, por que com mulher junto eles se obrigavam a ter uma postura diferente. Tem uma ocorrência que me marcou muito que foi assim... que foi uma ocorrência com um... duas na verdade... mas sempre envolvendo criança então eu era mais emotiva nesse aspecto. Uma foi sobre um aborto neh... um feto que foi encontrado e nos chamaram, a gente foi lá e eu tive que ficar aguardando a perícia umas duas horas, junto neh... com aquele corpo ali, que é... pah... muito chocante assim... e foi uma coisa que me sensibilizou bastante, e me marcou... foi uma ocorrência que nunca me saiu da cabeça. A outra também com criança que me marcou bastante assim... por ser mulher por ser mãe já, nessa eu já era mãe, foi até próximo da minha casa, eu tava vindo pro quartel, meu marido tava me trazendo e a gente viu uma moto no meio da rua, eu disse: - ah, é acidente. Ele parou o carro eu já fui descendo, quando eu desci, eu vi que era uma criança atropelada, aí eu voltei pro carro e falei: - ai, não! É com criança. Ele disse: - tah, não, mas tem que atender. Aí tive que levantar, ir atender, mas é complicado... com criança eu acho que é complicado.

A entrevistada 05, afirma que as características femininas não atrapalham, mas fazem com que as mulheres se sensibilizem mais com certas situações, referindo-se também à casos em que a ocorrência demanda extremo controle psicológico e emocional:

Por ser mulher a gente é bem mais emotiva e tem umas coisas que atrapalha mesmo... Por que tu vai atender uma ocorrência, tu é policial, tu tem que ser neutro neh... e tem muitas ocorrências que, as vezes tu vai, que tu tem... o teu emocional fala mais alto, aí tu tem que ter... a pessoa tem que estar preparada muito psicologicamente, pra saber diferenciar uma coisa da outra, mesmo que ali na hora que tu tá atendendo uma ocorrência, que tu tá na rua trabalhando, tu tenha vontade de interferir ou sei lá... tanta coisa que acontece... um estupra uma criança ou um adolescente, o maltrato de alguma mulher, tu tem vontade de te botar naquele homem lá, “dar” nele, arrancar e fazer qualquer coisa, tu tem que ser neutra e tentar te controlar, tu tem que te ajudar muito o psicológico nessa hora, saber diferenciar mas, eu acho que, como sendo mulher, que já me aconteceu... o emocional da gente sempre fala bem mais alto, e atrapalha muito, então tu tem que pensar na hora, ou até um colega na hora te ajudar as vezes, senão, muitas vezes é bom neh...as vezes, em ocorrência tu nunca vai sozinho, tu vai com os colegas, que os colegas te ajudam, a gente a ter mais frieza, tentar... mas é muito difícil e complicado por que quando tu tá numa ocorrência, tu tá vendo cada coisa, acontece cada coisa que... coisas horríveis, tu vê cada coisa diferente, é cada coisa na população que tu tem vontade de interferir no teu emocional, pra proteger aquela pessoa ali neh... só que tu tá ali... tu é só um... uma pessoa que tu tá conduzindo uma ocorrência, então tu neh... não pode deixar te levar muito por aquilo ali, mas que prejudica, prejudica neh... muitas vezes tu vai pra casa abalada depende do que aconteceu afeta o teu psicológico de tantas coisas que a gente vê, tanta maldade, tanta violência, tanta coisa horrível neh... eu acredito que sempre tem que tá com o psicológico... a cabeça da gente preparada pra isso neh pra... tem que tá fria, tem que tá firme pra não atrapalhar o serviço.

A entrevistada 06, relembra ocorrência com situação envolvendo criança, que a ela na época causou forte impacto por ter havido óbito do referido menor:

Eu acho que ajuda, mas a gente se afeta mais com algumas coisas. Por exemplo, uma vez em uma ocorrência foi, foi um acidente de trânsito, mas era um casal que tava com um filhinho na moto e os dois de capacete e tudo, e o gurizinho no meio da moto sem capacete, sem nada... daí eles bateram a moto e só quem morreu foi a criança entende... aí, isso daí não tem como tu não olhar e tu não pensar: -Ah, podia ser meu filho...

Sabe... aquilo te toca bastante, não sei se por ser mulher eu acho que me afetou bem mais talvez, entendeu... mas eu acho que ajuda, a gente sempre se sensibiliza bem mais também com as coisas... essa foi uma ocorrência que me marcou bastante assim... eu levei como se fosse pra mim sabe... podia ser meu filho, Deus o livre de acontecer, me sensibilizei bastante. Eu acho que ajuda, tu tem uma intuição maior, tu tem um cuidado maior entende... que homem, tipo em ocorrência, tu chega, tu vê uma briga generalizada, ah e quer chegar... e quer chegar apartando, quer bater em todo mundo, quer separar, quer resolver, eu acho que tu vai chegar já com mais cuidado, até por que tu não tem a mesma compleição física, tu tem que ter uma estratégia, tu vai criar uma estratégia entendeu... tu analisa melhor a situação, eu

acho que ajuda mas, eu acho que tu te sensibiliza mais em alguns momentos, como essa vez por exemplo mas, no geral eu acho que ajuda.

As respostas da amostra feminina no que tange a relação de suas características com a atividade fim da Corporação, foram semelhantes, todas comentaram sobre ocorrências envolvendo crianças, onde a empatia, quando se trata de outra mulher em situação de risco; assim como, quando se tratam de crianças, o instinto materno é acionado, traço esse intrínseco as mulheres, em algumas mais aguçado, em outras mais internalizado, mostrando que dificilmente as características femininas ficam à parte, ou podem ser separadas da profissão, durante o cumprimento das funções destas policiais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da construção deste trabalho acadêmico, foi percebido que o estudo envolvendo a inserção de mulheres em Forças Militares e suas transformações, é bem recente e ainda pouco explorado. Em decorrência deste fato, tornou-se necessário que outros assuntos que interferem indiretamente na inserção da mulher em um meio masculino, fossem trazidos juntamente ao tema em destaque, promovendo assim um entendimento mais amplo e completo, do ingresso das mulheres à vida militar.

Ainda com todas as dificuldades encontradas pelas mulheres ao longo da história da humanidade, graças ao empenho das mesmas, hoje as habilidades e potencialidade femininas são reconhecidas, não em sua totalidade, mas muito foi melhorado referente a questões salariais, direitos trabalhistas e de condições da estrutura física de fábricas, lojas, e empresas em geral. Um espaço cada vez maior do mercado de trabalho está sendo ocupado pelas mulheres, em razão disso as mulheres estão sendo mais percebidas pelos empregadores, justamente pelo fato de seus atributos profissionais já serem, por alguns conhecidos e admirados. (BACK, *et al.*, 2012).

Também deve ser referenciado o importante elemento cultura dentro dessas organizações, a que é principalmente associado o fato das mulheres terem sido incluídas de forma tardia. Os “rituais de passagem” executados na Academia, tangibilizam a conversão da mulher civil em mulher militar direcionando a mesma para o destino escolhido, simbolizando também o fechamento de um ciclo, neste caso a formação, para o ingresso às atividades práticas da vida militar (CALAZANS, 2003).

Na análise dos dados ficaram constatadas algumas afirmativas trazidas no referencial teórico, onde Calazans (2005) em seu estudo também sobre policiais femininas da Brigada Militar, evidencia a facilidade no trato destas militares em ocorrências envolvendo crianças, assim como o complemento da conversação com outras mulheres durante o processo de atendimento a vítimas e acusadas.

A mudança na imagem das forças policiais com o advento da inserção das mulheres, também foi alterada, as entrevistadas relataram que membros da comunidade em sua maioria, admiram e respeitam a mulher policial, embora haja ainda uma pequena parcela

que seja resistente à inclusão das mesmas no ofício, conforme Calazans (2005) também disserta em seu estudo.

Uma das limitações encontradas durante a pesquisa foi a dificuldade em contatar os entrevistados, visto que a princípio a amostra seria de dez militares, cinco masculinos e cinco femininos, porém devido ao grande volume de tarefas administrativas a serem cumpridas no Comando Regional, o que impossibilitou a alguns dos militares o tempo disponível para responder a entrevista, a amostra teve de ser reduzida a seis elementos. Outra limitação observada foi a pouca bibliografia relacionada ao histórico do Comando Regional de Polícia Ostensiva da Fronteira Oeste no que diz respeito, ao seu funcionamento nos primeiros anos de criação.

Nota-se que o objetivo de perceber o espaço que as militares femininas ocupam no Comando Regional de Polícia Ostensiva da Fronteira Oeste, foi respondido através da visão dada pelos militares masculinos sobre o trabalho exercido pelas mulheres no policiamento com base em suas experiências, bem como a percepção única que as entrevistadas da primeira turma feminina formada em Santana do Livramento, agregaram a este trabalho.

Desta forma as evidências que este trabalho conseguiu apurar mostram, que as características femininas auxiliam as mulheres a melhor se adaptarem ao meio masculino, já que estas precisam superar na técnica e estratégia, o uso da força bruta, recorrente em profissões envolvendo a segurança pública. A aplicação destas mulheres ao efetivo contribuiu para preencher uma deficiência existente no sistema, onde por força de lei as mulheres infratoras não poderiam ser revistadas por militares do sexo masculino.

Fica claro, a agregação positiva que as mulheres trouxeram as Forças Militares, ocasionando não só modificações estruturais, mas de princípios e conceitos, que com dedicação e força foram modificados, através do cumprimento exemplar das mulheres em suas formações e posterior execução das atividades militares.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. A formação militar e a incorporação feminina: as dificuldades na ocupação de novos espaços. **Acervo digital da UFSCAR** – Universidade Federal de São Carlos. São Paulo: 2007. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br>>

BACK, C. *et al.* O Papel Das Mulheres Na Sociedade: diferentes formas de submissão. **Revista Eventos Pedagógicos**. Mato Grosso. v.3, n.2, p. 328 - 336, mai/jul. 2012.

CALAZANS, Márcia Esteves de. A constituição de mulheres em polícias: um estudo sobre polícias femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. 127 f. Dissertação (mestrado em psicologia) – Instituto de Psicologia. Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2003. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br>> Acesso em: 26 mai 2014.

_____. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 1, março. 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 15 jun 2014.

_____. Polícia e Gênero no Contexto das Reformas Policiais. **La Salle- Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 10, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br>> Acesso em: 20 jul 2014.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na Oitava Região da Polícia de Minas Gerais. 2006. 378 f. Tese (doutorado em administração)- **Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração- CEPEAD**. Belo Horizonte, 2006.

_____; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. **Ram, rev. adm. Mackenzie**, v. 11, n. 3, edição especial. São Paulo, SP. maio/jun. 2010.

CARVALHO, Débora Jucely; A Conquista Da Cidadania Feminina. **Revista Multidisciplinar da Uniesp/ Saber Acadêmico**. São Paulo. n° 11 – Jun/2011.

Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, Sistema Legis. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/Legis/>> Acesso em: 29 de Julho 2014.

COUTO, Priscilla Alves Juvino. Mulheres e política: percepções e atuação política das vereadoras de Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro, 2012. 123 f. Dissertação (mestrado em sociologia política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://uenf.br>> Acesso em: 18 jul 2014.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. Cultura e Poder nas organizações. 2ª Ed. São Paulo: Atlas. 2007

GIL, Carlos Antonio. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
 CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica. 2ª Ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

LOPES, Emanuel Bruno; BRASIL, Glaucíria Mota. Mulheres na polícia: demarcação dos espaços de comando e relações assimétricas de poder. **Acervo digital do IEG da UFSC** Instituto de estudos de gênero da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <www.fazendogenero.ufsc.br> Acesso em: 19 mai 2014.

LICKS, José Luiz. Influências dos valores e dos interesses na implantação de um processo de mudança em organizações públicas: o caso da Brigada Militar. 2000. 186 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre. 2000.

MIRANDA, Cynthia Mara. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil. **Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero/UFRGS**. Rio Grande do Sul. Out/2009.

MUSUMECI, L.; SOARES, B. M. Polícia e gênero: presença feminina nas PMs brasileiras. **Boletim Segurança e Cidadania**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.ucamcesec.com.br>> Acesso em: 27 jul 2014.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3. 2º sem/1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br>> Acesso em: 22 jan 2015.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**. Paraná. Jun/2010.

PINTO, Céli Regina Jardim; Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v.18, n.36, p. 15-23, jun. 2010.

RODRIGUES, Alberto Rosa; Brigada Militar do Estado: nome de origem força ou corpo policial? **Unidade Revista de Assuntos Técnicos de Polícia Militar**. Porto Alegre. n.65, p. 80-85, set/dez. 2008.

RIBEIRO, Lucas Cabral. História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho. 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org>> Acesso em: 20 jul 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 7.556, de 20 de novembro de 1981. **Dispõem sobre a organização da Brigada Militar e dá outras providências**. Publicado no Diário Oficial do Estado, 20 de novembro de 1981.

_____. Decreto nº 30.462, de 08 de dezembro de 1981. **Regula a Lei de Organização Básica da Brigada Militar e dá outras providências.** Publicado no Diário Oficial do Estado, 08 de dezembro de 1981.

_____. Decreto nº 32.426, de 09 de dezembro de 1986. **Regula a Lei de Organização Básica da Brigada Militar e dá outras providências.** Publicado no Diário Oficial do Estado, 09 de dezembro de 1986.

_____. Decreto nº 34.572, de 16 de dezembro de 1992. **Introduz alterações nos Decretos nºs 30.462, de 08 de dezembro de 1981, 32.426, de 09 de dezembro de 1986, e 33.306, de 22 de setembro de 1989, que regulam a Lei de Organização Básica da Brigada Militar e dá outras providências.** Publicado no Diário Oficial do Estado, 16 de dezembro de 1992.

_____. Decreto nº 36.175, de 13 de setembro de 1995. **Aprova o Regulamento de Movimentação do Servidor Policial-Militar da Brigada Militar.** Publicado no Diário Oficial do Estado, de 13 de setembro de 1995.

_____. Lei Complementar nº 10.990, de 18 de agosto de 1997. **Dispõem sobre o Estatuto dos Servidores da Brigada Militar e dá outras providências.** Publicado no Diário Oficial do Estado, de 18 de agosto de 1997.

_____. Lei Complementar nº 10.992, de 18 de agosto de 1997. **Dispõe sobre a carreira dos Servidores Militares do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.** Publicado no Diário Oficial do Estado, de 18 de agosto de 1997.

_____. Lei nº 10.993, de 18 de agosto de 1997. **Fixa o efetivo da Brigada Militar do Estado e dá outras providências.** Publicado no Diário Oficial do Estado, de 18 de agosto de 1997.

_____. Lei nº 7.977, de 8 de janeiro de 1985. **Cria na Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, a Companhia de Polícia Militar Feminina e dá outras providências.** Publicado no Diário Oficial do Estado, de 8 de janeiro de 1985.

SCHACTAE, Andréa Mazurok; MARTINS, Ana Paula Vosne. Vestindo a farda: a identidade da mulher militar na polícia feminina no Paraná em 1977. **Anais da UEL-** Universidade Estadual de Londrina. Paraná, 2010.

SIMÕES, Moacir Almeida. **História da Brigada Militar:** para fins didáticos e de palestras. Porto Alegre: Polost, 2002.

VAIDADE convive com ofício de policial. **Revista da Brigada Militar** publicação comemorativa dos 175 anos da Corporação. Porto Alegre, ano II, nº 03, p. 46-47, novembro de 2012.

Santos, Lauciana Rodrigues Dos. A participação das mulheres nas Forças Armadas brasileira: um debate contemporâneo. 3º **ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESTUDOS DE DEFESA - ABED**, 2009, Londrina. *Anais da UEL*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. p. 1 - 14. Disponível em:

<<http://www.uel.br/pos/mesthis/abed/anais/LaucianaRodriguesdosSantos.pdf>>. Acesso em:
26 mai 2014.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM UMA AMOSTRA DO EFETIVO FEMININO DO COMANDO REGIONAL DE POLÍCIA OSTENSIVA DA FRONTEIRA OESTE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO:

- Escolaridade:
- Tempo de serviço:
- Posto/Graduação:
- Função:

I- QUESTÕES DA ENTREVISTA:

- Em que ano começou seu curso de formação?
- Quantas mulheres havia em seu curso?
- Durante seu curso sentiu alguma diferenciação no tratamento por ser mulher?
- Após a posse de seu posto/graduação, no decorrer da adaptação e prática das atividades cotidianas da instituição, sentiu algum tipo de diferenciação?
- Por que escolheu a profissão de policial militar? Vocação ou necessidade?
- Dentro da BM ou em sociedade nos seus relacionamentos interpessoais, sentes tratamento diferente por ser mulher e por ser brigadiana?
- Alguma vez precisou abrir mão de características femininas para que se sentisse inserida dentro da BM?
- Após a inclusão na BM observou mudanças em sua personalidade como mulher, mãe ou esposa?
- Acredita que por ser mulher, isto a impeça de cumprir alguma missão/tarefa como policial?
- Acha que a ascensão na carreira dentro da BM é mais difícil para as mulheres?
- Em ambos os casos (afirmativo ou negativo) atribui isso a quais fatores?
- Como classifica sua identidade como mulher e policial hoje? Há uma mais forte que a outra? Elas se sobrepõem?

- Em sua opinião, as características que são tipicamente atreladas ao sexo feminino (sensibilidade, intuição, delicadeza, inteligência emocional, etc) atrapalham ou ajudam a mulher policial em seu meio de atuação?

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM UMA AMOSTRA DO EFETIVO MASCULINO DO COMANDO REGIONAL DE POLÍCIA OSTENSIVA DA FRONTEIRA OESTE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO:

- Escolaridade:
- Tempo de serviço:
- Posto/Graduação:
- Função:

II- QUESTÕES DA ENTREVISTA:

- Em que ano começou seu curso de formação?
- Como era o tratamento dado aos militares antes da inclusão das Militares Femininas na Caserna?
- Acredita que durante seu curso de formação haviam atividades que não poderiam ser desempenhadas por Policiais Femininas?
- Durante sua carreira na BM presenciou alguma diferenciação no tratamento dado as Militares Femininas?
- Por que escolheu a profissão de policial militar? Vocação ou necessidade?
- Alguma vez precisou abrir mão de suas características particulares para melhor se relacionar com as pessoas (ambos os sexos) dentro da Corporação?
- Após a inclusão das Policiais Femininas na BM quais as principais mudanças que você conseguiu perceber?
- Acredita que por ser mulher, isto impeça a Militar Feminina de cumprir alguma missão/tarefa como policial?
- Acha que a ascensão na carreira dentro da BM é mais difícil para as mulheres?
- Em ambos os casos (afirmativo ou negativo) atribui isso a quais fatores?
- Em sua opinião, as características que são tipicamente atreladas ao sexo feminino (sensibilidade, intuição, delicadeza, inteligência emocional, etc) atrapalham ou ajudam a mulher policial em seu meio de trabalho? Exemplifique.

APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Eu, NOME DO (A) MILITAR, Identidade Funcional nº 0000000, Militar Estadual do Comando Regional de Policia Ostensiva da Fronteira Oeste- CRPO/FO (2º Regimento De Policia Montada- 2º RPMon) autorizo, através deste, a estudante do Curso de Administração da Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento, JESSICA DA SILVA POSADA, Registro Geral nº 00000000000, a gravar (apenas áudio) e utilizar as informações fornecidas por mim através de entrevista semi-estruturada, a compor seu trabalho de conclusão de curso (TCC), sendo que a mesma comprometeu-se a usar as informações apenas e estritamente para fins acadêmicos, além de ser fiel ao relato por mim emitido.

Jessica da Silva Posada
Discente em Administração

Nome do (a) militar
posto/graduação